

Programa mulheres mil no IFCE: emancipação, saberes e solidariedades



Organizadoras

Maria Denise Nunes Rodrigues

Flaviana Damasceno Moreira

Francisca Flávia Plutarco Lopes dos Santos

André Monteiro de Castro

Érica Fernandes Dias



INSTITUTO FEDERAL
Ceará



COLEÇÃO extrema
TECNOLOGIA, CIDADANIA E INOVAÇÃO



edifce

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE

Reitor

Jose Wally Mendonça Menezes

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Joelia Marques de Carvalho

Pró-Reitora de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitora de Extensão

Ana Claudia Uchôa Araújo

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Marcel Ribeiro Mendonça

EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

CONSELHEIROS NATOS

Ana Cláudia Uchoa Araújo

Cristiane Borges Braga

Joélia Marques de Carvalho

Sara Maria Peres de Moraes

Tiago Estevam Gonçalves

CONSELHEIROS TITULARES

Alisandra Cavalcante
Fernandes De Almeida
David Moreno Montenegro
Paula Patricia Barbosa
Ventura
Josefranci Moraes De
Farias Fonteles
Marcilio Costa Teixeira
Marieta Maria Martins Lauer
Barbara Suellen
Ferreira Rodrigues
Sebastiao Junior
Teixeira Vasconcelos

Nadia Ferreira De
Andrade Esmeraldo
Auzuir Ripardo De Alexandria
Francisco Jose Alves De
Aquino
Sandro Cesar Silveira Juca
Antonio Cavalcante De
Almeida
Beatriz Helena Peixoto
Brandao
Joao Eudes Portela De Sousa
Juliana Zani De Almeida
Glauber Carvalho Nobre

Rommulo Celly Lima Siqueira
Harine Matos Maciel
Maria Do Socorro De
Assis Braun
Sarah Mesquita Lima
Jose Eranildo Teles Do
Nascimento
Igor De Moraes Paim
Nara Lidia Mendes Alencar
Meire Celedonio Da Silva
Marilene Barbosa Pinheiro
Wendel Alves De Medeiros

Programa mulheres mil no **IFCE**: emancipação, saberes e solidariedades

Organizadoras

Maria Denise Nunes Rodrigues

Flaviana Damasceno Moreira

Francisca Flávia Plutarco Lopes dos Santos

André Monteiro de Castro

Érica Fernandes Dias

Programa mulheres mil no IFCE: emancipação, saberes e solidariedades. Organizadores: Maria Denise Nunes Rodrigues, Flaviana Damasceno Moreira, Francisca Flávia Plutarco Lopes dos Santos, André Monteiro de Castro e Érica Fernandes Dias.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPI
Editora IFCE – EDIFCE

As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.



EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

Editora Adjunta e Bibliotecária

Sara Maria Peres de Moraes

Revisão

Paula Denise Girão Nobre de Souza

Sóstenes Renan de Jesus Carvalho Santos

Projeto Gráfico e Diagramação

Phabrica de Produções:

Alecsander Coelho, Daniela Bissigui, Érsio Ribeiro, Kauê Rodrigues,
Paulo Ciola e Rebeca Tonello

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Editora IFCE – EDIFCE



P964 Programa mulheres mil no IFCE: emancipação, saberes e solidariedades / Organizadores: Maria Denise Nunes Rodrigues, Flaviana Damasceno Moreira, Francisca Flávia Plutarco Lopes dos Santos, André Monteiro de Castro e Érica Fernandes Dias. --. Fortaleza: EDIFCE, 2026.

116 p.: il. - (Coleção: extensão, trilhando e compartilhando caminhos)

E-book no formato PDF 8.324 KB

ISBN: 978-65-84233-20-1 (e-book)

ISBN: 978-65-84233-21-8 (impresso)

DOI: 10.21439/EDIFCE.149

1. Educação de adultos. 2. Educação profissional. 3. Inclusão social. 4. Empoderamento feminino. I. Rodrigues, Maria Denise Nunes (org.). II. Moreira, Flaviana Damasceno (org.). III. Santos, Francisca Flávia Plutarco Lopes dos (org.). IV. Castro, André Monteiro de (org.). V. Dias, Érica Fernandes (org.). VI. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. VII. EDIFCE. VIII. Título.

CDD 374

Bibliotecária responsável: Sara Maria Peres de Moraes CRB N° 3/901



Contato

Rua Jorge Dumar, 1703 – Jardim América, Fortaleza – CE, 60410-426.

Fone: (85)34012263/

E-mail: edifce@ifce.edu.br/Site: editora.ifce.edu.br.

A nossa escrevivência não pode ser lida
como história de ninar os da casa-grande,
e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.

Conceição Evaristo

Sumário

Prefácio.....	9
Apresentação	11
A contribuição do Programa Mulheres Mil para o fomento de políticas públicas específicas voltadas às marisqueiras do município de Paracuru – CE..	13
Paulo Gomes Barroso, Iara Saraiva Martins, Juliane Vargas, Sâmela Alves Franco....	13
Mulheres em movimento na educação profissional: a experiência do Programa Mulheres Mil no ifce <i>campus</i> Itapipoca	27
Tatiane Vieira Barros, André Magri Ribeiro de Melo, Maria Francisca Ribeiro de Sousa, Inambê Sales Fontenele	27
A importância do Programa Mulheres Mil na capacitação e no impacto econômico e social das mulheres na cidade de Maracanaú/CE.....	45
Adriano Barros Carneiro, Adriana Gonçalves de Sales Costa, Francisco Ricardo Nogueira de Vasconcelos.....	45
O princípio da igualdade de Rawls: o empoderamento formativo e econômico do Programa Mulheres Mil	53
Vanessa Lopes Vasconcelos, Francisco Damazio de Azevedo Segundo	53
Programa Mulheres Mil – cuidador de idoso: tessituras metodológicas no processo de ensino e aprendizagem ante o protagonismo feminino	67
Henriqueta Rocha de Abreu.....	67
Ensinar para transformar: a percepção docente no Programa Mulheres Mil no IFCE – campus Tabuleiro do Norte	77
Paulo Cicero Sousa.....	77

Trajetória do Programa Mulheres Mil no IFCE: educação e empoderamento feminino.....	87
Maria Denise Nunes Rodrigues, Flaviana Damasceno Moreira, Francisca Flávia Plutarco Lopes dos Santos, Hellenvivian Lima Alcantra, Patricia Fernandes de Freitas	87
Posfácio	111
SOBRE OS ORGANIZADORES	

Prefácio

É com imensa alegria que escrevo essas linhas para a coletânea de capítulo do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal do Ceará (IFCE), que teve um papel importante no processo de construção dessa política. Lá em 2007, o IFCE integrou o conjunto de Institutos Federais (IFs) do Norte e Nordeste para desenvolver e implementar o projeto-piloto, em cooperação com os *Colleges Canadenses*, com o fim de promover ações educacionais para mulheres brasileiras. À época, os treze IFs tinham como desafio atender mil (1.000) mulheres em situação de vulnerabilidade social, com a oferta de cursos de qualificação profissional e a sistematização do processo metodológico para o Acesso, Permanência e Êxito, em diálogo com a realidade brasileira.

E é dessa ação que surge o Programa Mulheres Mil (PMM), que foi nacionalizado, em 2011, para os IFs de todo país e o Guia da Metodologia do Acesso, Permanência e Êxito (MAPE), cuja segunda edição foi lançada em 2023. De 2007 para cá, o PMM já atendeu mais de 100 mil mulheres e hoje integra as ações das Redes Federal e Estadual de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Portanto, o seu relançamento, pelo Ministério da Educação, em 2023, mostra a força e a urgência dessa política pública, que tem contribuído para que mulheres cearenses e de

todo Brasil possam re-escrever suas histórias de resistência, superação e empoderamento.

É nesse contexto que essa publicação acumula importâncias: histórica, reflexiva e de apontar possibilidades de um outro presente possível. Cada um desses artigos, além das reflexões teóricas e das análises sobre o processo formativo e dos impactos do programa para as mulheres, traz vozes que, por um longo período, foram silenciadas. Vozes de mulheres que vivem em Tabuleiro do Norte, em Jaguaribe, em Maracanaú, em Paracuru, em Itapipoca, em alguns dos municípios onde o IFCE tem desenvolvido o Programa. Mulheres Mil que sonham com uma vida melhor, com um mundo melhor para elas, para suas comunidades e famílias. E mais: vozes reflexivas de professoras-es, pesquisadoras-es, técnicos-as que, no cotidiano, transformam a Metodologia do Acesso, Permanência e

Êxito do Programa Mulheres Mil em ações concretas que repercutem na melhoria de vida das mulheres.

Portanto, essa coletânea é bem mais que um conjunto de artigos reunidos em publicação. Ela é um convite à reflexão sobre o poder da educação como instrumento de justiça social, de equidade de gênero e de contribuições para o enfrentamento da violência gênero e das desigualdades raciais. E mais: ela é um convite a reafirmação do compromisso do IFCE e das instituições parceiras em garantir que o Mulheres Mil continue abrindo portas e construindo pontes para presentes e futuros mais dignos e igualitários de todas as mulheres brasileiras.

Stela Rosa

Jornalista

Consultora SETEC – MEC

Apresentação

Quem são essas mulheres? Que forças possuem? De onde elas vêm? Estas mulheres são para mais de cem e suas histórias valem muito mais que milhares. Passo os olhos por suas histórias e me encanto, porque para além do que possamos ver, elas continuam a resistir nos territórios ricos e diversos do nosso Ceará, através do Programa Federal, chamado Mulheres Mil.

Assim, começo a apresentar a coletânea **Programa Mulheres Mil no IFCE: emancipação, saberes e solidariedades**, uma obra feita por servidoras e servidores do Instituto Federal do Ceará e pelas estudantes, sujeitos ativos que relatam suas trajetórias de crescimento e envolvimento com o programa que se tornou um símbolo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao tempo em que ele se ressignifica nesta importante rede centenária de educação.

Ao passar as páginas, caro leitor, cara leitora, você se dará conta, como eu, que, para além das questões de gênero, democracia, igualdade, economia, política, formação, currículo e profissionalidade, há o reconhecimento da dignidade em cada atividade desenvolvida.

O leitor/a leitora perceberá que há inspiração Freireana em cada passo coletivamente dado, quando se reconhece

a trajetória das mulheres, ao tempo em que são respeitados os seus saberes e as suas práticas tradicionais, enquanto a Extensão pedagogicamente se “derrama” e se mostra com a sua pujança multiforme no que fazer e no vir a ser destas destemidas mulheres.

Observemos, a partir do lido, o impacto econômico e a transformação social advindos das experiências do Programa Mulheres Mil em cada uma das estudantes, percebendo-o como uma política pública eficaz. Para além disso, o Programa, a partir de cada experiência contada, possibilita a estas mulheres dizerem as suas narrativas e escreverem as suas histórias (Tantas vezes negadas! Por vezes, interrompidas! Muitas vezes, silenciadas!), ao passo em que o protagonismo feminino é central em sua proposta didático-pedagógica.

É o que se faz mostrado no que se lê, a partir da formação, a partir do contexto prático em atuação!

Por fim-começo, passemos nossos olhos nos caminhos históricos do Programa em nossa Instituição, a fim de perceber as suas tramas e traços, a partir do vivido e do incorporado, dos risos e dos choros, das partilhas e abraços, destas tantas Mulheres Mil, de nossos e nossas servidores e servidoras, desse e nesse nosso Ceará, no nosso IFCE!

Boa leitura!

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Pedagoga – Área

Técnica Administrativa em
Educação

Pró-reitora de Extensão – IFCE

A contribuição do Programa Mulheres Mil para o fomento de políticas públicas específicas voltadas às marisqueiras do município de Paracuru – CE



Paulo Gomes Barroso
Iara Saraiva Martins
Juliane Vargas
Sâmela Alves Franco

1. Introdução: a importância do acesso à educação profissional para as marisqueiras do município de paracuru

O Programa Mulheres Mil foi instituído em âmbito nacional por meio da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, do Ministério da Educação. Tendo um dos focos prioritários nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, o programa busca promover a formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social, articulando a elevação da escolaridade com a qualificação para o mundo do trabalho. Além dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), a iniciativa contempla também cursos

técnicos de nível médio, respeitando as especificidades de cada território (BRASIL, 2011).

Segundo o documento *Pronatec Brasil Sem Miséria – Mulheres Mil*, o programa contempla grupos de mulheres que compartilham histórias de vida e identidades comuns, localizadas em territórios marcados por desigualdades estruturais. Essa abordagem territorial pressupõe a integração entre espaços, sujeitos, mercados e políticas públicas (BRASIL, 2014, p. 5). Ressalta-se, ainda, a parceria entre os Institutos Federais – responsáveis pela oferta dos cursos – e os órgãos estaduais e municipais, que atuam como instituições apoiadoras.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus Paracuru*, desde o ano de 2022, vem participando do programa, por meio da oferta de cursos que atendem a marisqueiras residentes no município. A experiência representa um marco no acesso à educação profissional para essas mulheres, tradicionalmente invisibilizadas nas políticas públicas de qualificação e escolarização.

Este trabalho fez parte de uma pesquisa de natureza qualitativa, metodologicamente classificada como uma investigação do tipo

descritiva, com abordagem exploratória. A estrutura do estudo se apoiou na análise documental, observação participante e levantamento de percepções pessoais e coletivas registradas ao longo do curso. As informações foram organizadas a partir da catalogação de aulas e das falas de participantes, buscando identificar os impactos da formação sobre as práticas profissionais das marisqueiras.

A presença feminina nas atividades pesqueiras em Paracuru tem raízes históricas, sendo formalmente reconhecida desde 1979, quando a Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais e Aquicultores Z5 iniciou o registro oficial dessas trabalhadoras. Desde fevereiro de 2022, são promovidas reuniões mensais com o objetivo de fortalecer a organização coletiva, ampliar o reconhecimento da profissão e incentivar a qualificação técnica das marisqueiras e pescadoras.

O acesso à educação profissional, nesse cenário, desempenha um papel central na promoção da cidadania e na valorização das práticas tradicionais das marisqueiras. Ao desenvolver habilidades técnicas relacionadas à cadeia produtiva do pescado – como o beneficiamento, a conservação, a higiene, a segurança alimentar, a organização coletiva e o acesso a políticas



públicas – as participantes ampliam sua capacidade de atuação e sua autonomia. A qualificação profissional, portanto, contribui diretamente para o fortalecimento do trabalho, o aumento da renda e a valorização social dessas mulheres.

O Programa Mulheres Mil também se propõe a realizar ações de busca ativa, garantindo que as mulheres atuantes em diferentes etapas da cadeia produtiva – da captura ao beneficiamento e comercialização – tenham acesso aos cursos. Essa abrangência amplia o alcance de políticas públicas e reafirma o compromisso com a inclusão social e econômica, por meio da valorização dos saberes locais e da ampliação das oportunidades de formação.

Diante do exposto, o presente trabalho propôs a seguinte pergunta norteadora: **Qual a importância do Programa Mulheres Mil no fomento de políticas públicas específicas para mulheres marisqueiras e pescadoras do município de Paracuru?** A partir dessa indagação, buscou-se analisar como o programa pode se constituir como uma estratégia eficaz para a promoção da inclusão social, a redução das desigualdades de gênero e o desenvolvimento sustentável em territórios periféricos e tradicionais. Além disso, pretendeu-se descrever

os impactos e a relevância da implementação do programa no contexto local, a partir das experiências vivenciadas pelas participantes.

A inserção da perspectiva da educação popular e decolonial no processo formativo das marisqueiras é fundamental para romper com modelos tradicionais de ensino que desconsideram os saberes, trajetórias e práticas construídas historicamente por essas mulheres. Inspirada em Paulo Freire, a educação popular compreende o ato de educar como um processo dialógico e emancipador, em que educadores e educandos constroem o conhecimento a partir da realidade concreta e das experiências vividas (FREIRE, 1987). Ao reconhecer os saberes produzidos no cotidiano das comunidades pesqueiras, essa abordagem permite a valorização das marisqueiras como sujeitas do conhecimento e agentes de transformação social.

No mesmo sentido, a perspectiva decolonial propõe o questionamento das hierarquias epistêmicas estabelecidas pela lógica colonial, que historicamente deslegitimou os saberes populares em favor de uma racionalidade eurocentrada (QUIJANO, 2005; WALSH, 2009). A educação decolonial, portanto, abre espaço para a escuta das epistemologias tradicionais, reconhecendo que há múltiplas formas legítimas

de conhecer e ensinar. Ao integrar essas perspectivas à educação profissional, o Programa Mulheres Mil não apenas promove a qualificação técnica, mas também fortalece a identidade, a autonomia e os modos de vida das trabalhadoras,

contribuindo para a construção de práticas formativas comprometidas com a justiça social, o enfrentamento das desigualdades e o reconhecimento das comunidades tradicionais como protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

2. Da extensão à mobilização política: o papel do IFCE na valorização das marisqueiras de Paracuru

A atuação das mulheres nas atividades pesqueiras em Paracuru é ancestral, anterior à própria fundação e emancipação do município. No entanto, o reconhecimento formal dessa participação só começou em 1979, quando a Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais e Aquicultores Z5 iniciou o registro oficial das trabalhadoras da pesca artesanal, incluindo marisqueiras e pescadoras. Décadas depois, a partir de fevereiro de 2022, passaram a ser realizadas reuniões mensais com o objetivo de fortalecer a organização coletiva, ampliar o reconhecimento da profissão e viabilizar a qualificação formal dessas mulheres. Em sua maioria, elas vivem em áreas marcadas por condições de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, a educação profissional surge como uma estratégia fundamental para potencializar suas capacidades, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos em gestão de empreendimentos

econômicos solidários, organização política e cultural, comercialização e inovação. Ao articular saberes tradicionais com conhecimentos técnicos, essa formação amplia as possibilidades de geração de renda e de fortalecimento das práticas culturais e econômicas locais, funcionando como uma ponte para a transformação da realidade social dessas trabalhadoras e para a consolidação de modelos de vida mais sustentáveis e autônomos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), como instituição pública que integra ensino, pesquisa e extensão, tem desempenhado um papel estratégico na valorização de comunidades tradicionais, especialmente as marisqueiras e pescadoras do município de Paracuru. Através de projetos e programas de extensão, o IFCE tem promovido não apenas a capacitação técnica, mas também o fortalecimento da identidade



cultural, a valorização dos saberes locais e o incentivo à sustentabilidade ambiental. Essa atuação está em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), e com os objetivos do Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), que reconhece a extensão como via de transformação social.

Um exemplo emblemático dessa atuação é o projeto *Guerreiras das Águas*, desenvolvido pelo IFCE Campus Paracuru, em articulação com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). A iniciativa busca valorizar o trabalho das marisqueiras e pescadoras por meio de ações de educação socioambiental, fortalecimento da autonomia econômica e preservação das tradições culturais. O projeto adota uma abordagem dialógica e participativa, inspirada na pedagogia freireana, na qual os saberes das mulheres da pesca artesanal são reconhecidos como legítimos e fundamentais. Como propõe Paulo Freire (1974), a educação deve partir da realidade concreta dos sujeitos, valorizando suas experiências e promovendo a emancipação a partir do diálogo entre saberes.

Nesse sentido, a política de extensão do IFCE é aplicada, adotando

uma perspectiva crítica, popular e decolonial, alinhada aos princípios da Convenção 169 da OIT, que assegura o direito à consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais sobre decisões que afetam seus territórios e modos de vida (SANTILLI, 2005). Mais do que oferecer soluções técnicas, o IFCE tem construído, com essas comunidades, um processo de escuta ativa e construção coletiva de alternativas sustentáveis. Isso inclui, por exemplo, ações voltadas à agricultura familiar, à pesca artesanal e à educação ambiental, áreas em que o *campus* Paracuru tem se destacado como referência.

Outro eixo fundamental dessa atuação é a defesa dos direitos territoriais e culturais das marisqueiras. Através dos projetos de extensão, o IFCE tem contribuído para ampliar o debate sobre o acesso justo aos recursos naturais, a demarcação de territórios tradicionais e a formulação de políticas públicas específicas. Essa ação está em consonância com o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e com as reflexões de Henri Acselrad (2004), ao destacar a importância da justiça ambiental como instrumento de reconhecimento e reparação às populações vulnerabilizadas.

Essas ações também têm contribuído para impulsionar a organização política das marisqueiras de Paracuru. Em 8 de maio de 2024, representantes do grupo *Guerreiras das Águas* participaram de audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará, proposta pelo deputado Renato Roseno (PSOL), que discutiu os impactos sociais e ambientais sofridos por mulheres da pesca artesanal no litoral cearense. Durante a audiência, foram enfatizadas as perdas econômicas causadas por eventos como o derramamento de petróleo de 2019, as enchentes e a pandemia de Covid-19, bem como a urgência da criação de políticas públicas voltadas à segurança do trabalho e aos direitos previdenciários dessas mulheres.

Outra conquista simbólica importante ocorreu em 3 de outubro de 2024, quando a Câmara de Vereadores de Paracuru aprovou a criação do Dia Municipal da Marisqueira.

A sessão contou com expressiva presença das trabalhadoras, que destacaram a importância do IFCE e do Programa Mulheres Mil em suas trajetórias de formação. Com orgulho, entoaram: “Eu sou uma mulher mil”, evidenciando o impacto subjetivo e político da educação profissional na construção de suas identidades e na valorização social de suas profissões.

Essas experiências demonstram como a extensão, quando pensada a partir dos territórios e das vozes que os habitam, pode ser um potente instrumento de articulação entre educação, justiça social e mobilização popular. O IFCE, ao construir vínculos de confiança e corresponsabilidade com as comunidades tradicionais, contribui não apenas para sua formação técnica, mas também para o fortalecimento de suas lutas por direitos, memória, território e reconhecimento.

3. Aspectos metodológicos e construção coletiva da experiência formativa

Este escrito se configura como um relato de experiência com base em uma abordagem qualitativa, fundamentado na metodologia da observação participante. Trata-se de uma construção coletiva realizada no contexto do curso de Marisqueiras

ofertado pelo Programa Mulheres Mil no IFCE *Campus* Paracuru, em que pesquisadores estiveram diretamente envolvidos nas ações formativas, atuando ativamente junto às participantes do curso. A escolha metodológica possibilitou uma



aproximação sensível e situada das experiências vivenciadas, respeitando os ritmos, saberes e contextos das mulheres envolvidas.

Conforme Gil (2017), o relato de experiência permite descrever e refletir sobre práticas reais vividas pelo pesquisador, oferecendo contribuições significativas para o campo de estudo. A observação participante, nesse sentido, foi essencial para compreender os significados atribuídos pelas marisqueiras às atividades desenvolvidas, às relações construídas e aos conhecimentos partilhados ao longo do processo formativo. Mais do que sistematizar dados, a metodologia adotada buscou interpretar percepções, afetos e subjetividades, permitindo uma análise sensível e crítica do fenômeno investigado.

A metodologia utilizada contemplou ainda o levantamento e a catalogação das atividades pedagógicas realizadas durante o curso, com o objetivo de organizar sistematicamente as unidades curriculares, conteúdos abordados, datas, horários e registros das vivências compartilhadas. As etapas desse processo envolveram:

- (1) planejamento inicial
- (2) identificação das unidades curriculares

(3) estruturação e sistematização dos dados

(4) produção de uma tabela para acompanhamento e análise das atividades

O curso ofertado pelo IFCE Campus Paracuru foi estruturado a partir de edital público, com ampla divulgação nas comunidades locais. O processo seletivo envolveu a análise de questionário socioeconômico e entrevistas. O conteúdo programático abrangeu desde técnicas de mariscagem e manejo sustentável dos recursos naturais até temas como organização coletiva, gestão de empreendimentos econômicos solidários, direitos sociais e fortalecimento da autoestima. As atividades promoveram a troca de experiências entre as participantes e possibilitaram a criação de uma rede de apoio mútua, consolidando vínculos entre as mulheres e suas comunidades.

Durante o curso, as marisqueiras compartilharam histórias de vida, desafios enfrentados e conquistas alcançadas, revelando como a educação profissional transformou não apenas suas capacidades técnicas, mas também sua percepção de si e do território que ocupam. A construção desse processo formativo foi possível graças à atuação integrada do IFCE, que ficou responsável pela elaboração da matriz curricular,

definição das metodologias pedagógicas, concessão de bolsas de auxílio permanência, seleção das alunas e dos facilitadores, além da disponibilização do espaço físico e do acompanhamento institucional de todas as etapas do programa.

Assim, a pesquisa aqui apresentada se ancora metodologicamente na vivência direta, na escuta sensível e na valorização das experiências

das marisqueiras de Paracuru, compondo uma rede de conhecimentos que articula extensão, educação popular e justiça social. Ao resgatar essas experiências, reafirma-se o papel transformador da educação profissional quando desenvolvida a partir do território, do diálogo e da participação ativa das mulheres que nele atuam e resistem.

4. O Programa Mulheres Mil no IFCE *campus* Paracuru

O Programa Mulheres Mil, instituído pelo Governo Federal, tem como base uma articulação interinstitucional entre os Institutos Federais – que atuam como ofertantes da formação – e órgãos estaduais e municipais, parceiros na mobilização e acompanhamento das beneficiárias (BRASIL, 2014). Alinhado às diretrizes da política nacional de educação profissional e tecnológica e à promoção da equidade de gênero, o programa visa atender mulheres em situação de vulnerabilidade social, respeitando suas realidades territoriais, saberes locais e vínculos comunitários. Nesse contexto, o IFCE *Campus* Paracuru foi selecionado em um de seus editais para ofertar o curso de Marisqueira, buscando não apenas promover a qualificação técnica, mas também consolidar o reconhecimento social,

econômico e identitário dessas trabalhadoras, por meio da certificação federal.

A implementação do curso no município foi estruturada em dois ciclos formativos ao longo do ano de 2024. Na primeira oferta, realizada entre 12 de março e 11 de junho, foram disponibilizadas 30 vagas, finalizando com apenas uma desistência registrada. No segundo semestre, outras 30 vagas foram ofertadas, reafirmando o compromisso institucional com a continuidade e o fortalecimento da ação. As estudantes regularmente matriculadas receberam, como política de permanência, um auxílio estudantil no valor de R\$4,50 por hora/aula, totalizando R\$18,00 por dia de aula presencial, conforme previsto nas diretrizes do programa. Ao fim do ano de 2024, cerca de 60 marisqueiras e



pescadoras foram certificadas, ampliando suas possibilidades de inserção em políticas públicas, acesso a programas de apoio e valorização de seus modos de vida.

O curso foi concebido com base na Pedagogia Histórico-Crítica, conforme delineada por Dermeval Saviani (2019), cuja proposta se fundamenta na articulação entre os conhecimentos científicos e a realidade concreta dos sujeitos. Essa abordagem compreende a educação como um processo histórico, que visa à formação crítica dos indivíduos por meio da apreensão dos saberes sistematizados, permitindo que as alunas estabeleçam relações entre o conteúdo das disciplinas, sua vivência cotidiana e as contradições sociais que atravessam seus territórios. Assim, o currículo buscou integrar conteúdos relacionados à cadeia socioprodutiva da mariscação, técnicas de manejo sustentável, direitos sociais, organização coletiva, saúde, autoestima e valorização da identidade cultural.

Os impactos do Programa Mulheres Mil em Paracuru vão além da dimensão técnica. As ações

desenvolvidas promoveram o fortalecimento dos vínculos comunitários, o estímulo à autonomia das mulheres e a ampliação do acesso a direitos básicos. O curso tornou-se também um espaço de escuta e acolhimento, no qual as marisqueiras puderam compartilhar suas histórias de luta, tecer redes de solidariedade e ressignificar suas trajetórias, reafirmando a importância da educação profissional como ferramenta de transformação social. Como relatado em audiências públicas e manifestações públicas organizadas pelas próprias participantes, muitas delas passaram a se identificar com orgulho como parte do programa, afirmando, com força, – “Eu sou uma mulher mil”.

Para fins de registro e sistematização, foi elaborado um quadro com a organização das unidades curriculares ofertadas ao longo do curso, contendo informações sobre os temas abordados, carga horária e turnos. Esse material permite acompanhar com clareza a composição curricular do curso, bem como contribuir com futuras avaliações e replicações da experiência.

Quadro 1 – Temáticas das aulas realizadas

UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA DA UNIDADE	TURNO
UC 01 – Ética, Cidadania, Gênero, Direitos da Mulher e Inclusão Digital.	20h	Vespertino
UC 02 – Matemática Aplicada, Noções de Educação Financeira e Empreendedorismo e Cooperativismo.	20h	Vespertino
UC 03 – Noções de Biossegurança, Saúde da Mulher, Qualidade de vida, Segurança Alimentar e Nutricional.	20h	Vespertino
UC 04 – Leitura e Produção de Texto aplicados ao curso. Oratória, Expressão corporal e verbal.	20h	Vespertino
UC 05 – Educação ambiental e sustentabilidade.	20h	Vespertino
UC 06 – Ecossistema manguezal e sua legislação referente ao manejo e ao meio ambiente.	20h	Vespertino
UC 07 – Métodos de manejo: coleta e pós-coleta dos mariscos.	20h	Vespertino
UC 08 – Métodos de processamento e conservação dos mariscos.	20h	Vespertino

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A partir dessa experiência concreta, evidencia-se o papel central do IFCE *Campus* Paracuru na promoção de políticas públicas inclusivas e na construção de práticas educativas que respeitam as especificidades das comunidades tradicionais do litoral cearense. O curso de Marisqueiras, mais do que uma ação pontual, representa um marco no processo de valorização e empoderamento de mulheres historicamente invisibilizadas pelas políticas formais de educação e desenvolvimento.

O Programa Mulheres Mil não se limitou a oferecer uma formação profissional adaptada à realidade das marisqueiras de Paracuru, mas também garantiu condições para que elas pudessem conciliar os estudos com o trabalho cotidiano. A estrutura do curso foi pensada com flexibilidade de horários e apoio financeiro, por meio de auxílios estudantis, possibilitando a permanência das alunas e o reconhecimento de suas múltiplas jornadas. Para além do desenvolvimento técnico, o programa teve como eixo central



a formação integral das participantes, promovendo sua autonomia, o acesso a direitos e a capacidade de tomada de decisões conscientes tanto em suas atividades produtivas quanto em suas trajetórias pessoais.

Um dos diferenciais da proposta foi a criação de uma rede de apoio entre as participantes, fortalecendo os vínculos comunitários e promovendo um ambiente colaborativo e de escuta mútua. Essa dimensão relacional do curso incentivou a troca de experiências e saberes, contribuindo significativamente para o fortalecimento da autoestima, da confiança e do senso de pertencimento das mulheres ao grupo e à comunidade. Como resultado, muitas passaram a ressignificar seu papel na sociedade, vivenciando um processo de empoderamento individual e coletivo, com reflexos diretos em sua participação nos espaços sociais e políticos do território.

No componente curricular da Unidade 01, foram abordados temas fundamentais como ética, cidadania, relações de gênero, direitos das mulheres e inclusão digital. Esses conteúdos ampliaram a compreensão das participantes sobre o papel social das mulheres e a importância do acesso às tecnologias, oferecendo instrumentos para o exercício da cidadania de maneira mais consciente e crítica. Na Unidade 02, os

conteúdos voltados à gestão, planejamento financeiro, introdução ao empreendedorismo e ao cooperativismo auxiliaram no desenvolvimento de habilidades práticas e gerenciais essenciais para a autonomia econômica e a construção de iniciativas produtivas sustentáveis. O estímulo à cooperação entre as participantes também fortaleceu a noção de que é possível inovar a partir dos saberes e práticas tradicionais da mariscagem.

As Unidades 06, 07 e 08 concentraram-se na qualificação técnica da atividade, com foco na segurança alimentar, boas práticas de manipulação, higiene, preservação ambiental e sustentabilidade. Esses temas possibilitaram o aperfeiçoamento das práticas profissionais, contribuindo tanto para a valorização do trabalho das marisqueiras quanto para a proteção dos ecossistemas costeiros, fundamentais à manutenção de seus modos de vida.

Para além da formação técnica, o curso destacou-se por fomentar um ambiente de solidariedade e construção coletiva, no qual as marisqueiras puderam fortalecer laços, ampliar horizontes e construir novos sentidos para sua trajetória enquanto mulheres trabalhadoras do litoral cearense. Essa experiência contribuiu de forma significativa para o enfrentamento das desigualdades

de gênero e para o fortalecimento do protagonismo feminino em contextos historicamente marcados pela invisibilidade social. A continuidade e expansão de programas como o Mulheres Mil mostram-se,

portanto, essenciais para a promoção de uma educação emancipadora e para a construção de um futuro mais justo, sustentável e igualitário para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

5. Considerações finais

A trajetória vivida no curso de Marisqueiras, ofertado pelo IFCE *Campus* Paracuru através do Programa Mulheres Mil, evidenciou que a educação profissional pode ser muito mais do que um espaço de capacitação técnica. Ao atuar em um território marcado pela ancestralidade da pesca artesanal e da mariscação, o programa tornou-se um instrumento potente de reconhecimento, autonomia e transformação social para mulheres historicamente invisibilizadas pelas políticas públicas convencionais.

A partir da metodologia centrada na observação participante e no relato de experiência, foi possível identificar que o programa respondeu de forma concreta à questão norteadora proposta neste trabalho. Ao perguntar qual seria a importância do Programa Mulheres Mil no fomento às políticas públicas específicas para as marisqueiras de Paracuru, constatamos que sua relevância está exatamente na articulação entre formação técnica,

valorização identitária e territorial, fortalecimento comunitário e promoção da equidade de gênero.

Mais do que ensinar técnicas de beneficiamento ou boas práticas sanitárias, o curso promoveu um processo formativo integral, abordando temas como sustentabilidade ambiental, direitos das mulheres, gestão financeira e organização coletiva. Essa abordagem ampliada contribuiu para que as participantes compreendessem o valor de sua prática profissional e de seus saberes tradicionais, transformando-os em instrumentos de luta, resistência e pertencimento.

Outro aspecto essencial observado foi o fortalecimento de vínculos entre as participantes, que criaram uma rede de apoio, confiança e solidariedade, fortalecendo os laços comunitários e possibilitando que a experiência ultrapassasse os limites físicos da sala de aula. Esse sentimento coletivo de pertencimento e valorização se expressou de forma emblemática nas audiências



públicas e nos espaços de fala em que as mulheres, com orgulho, afirmavam: “Eu sou uma mulher mil”.

O programa, portanto, vai além da certificação formal. Ele inaugura possibilidades, transforma subjetividades e cria condições reais para que essas mulheres possam ocupar espaços com mais segurança, autoestima e protagonismo. Ao final de dois ciclos formativos, o que se observa não é apenas a qualificação de 60 marisqueiras, mas a consolidação de um processo que contribui diretamente para a redução das

desigualdades sociais e de gênero, e para o fortalecimento de uma comunidade tradicional que resiste, luta e se reinventa a partir do seu próprio território.

Por tudo isso, a continuidade e a ampliação de ações como o Programa Mulheres Mil são estratégicas para garantir o direito à educação profissional pública, gratuita, popular e territorializada, especialmente voltada às mulheres que sustentam, com seus corpos e saberes, os territórios costeiros e as economias invisibilizadas do Brasil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 08 set. 2024.

BRASIL, Portaria nº 1015, de 21 de julho de 2011, que institui o Programa Mulheres Mil-Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 de jun de 2024

BRASIL. **Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil**. 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/185.pdf>. Acesso em: 17 de ago de 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.forproex.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** – 6ª Edição, São Paulo, Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JESUS, L A. SANTOS, J. dos. ANDRADE, L. G. S. B. **Aspectos gerais da pedagogia histórico-crítica**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 3, nº 1, Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 169 sobre **Povos Indígenas e Tribais**. Genebra, 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

WALSH, C. **Interculturalidade e colonialidade do poder: Um diálogo com Aníbal Quijano**. Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 13. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

Mulheres em movimento na educação profissional: a experiência do Programa Mulheres Mil no ifce *campus* Itapipoca

Tatiane Vieira Barros
André Magri Ribeiro de Melo
Maria Francisca Ribeiro de Sousa
Inambê Sales Fontenele

1. Introdução

Este texto é um relato sobre a implementação do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* Itapipoca, escrito por quatro pessoas que participaram das diferentes etapas da realização do curso, desde sua idealização até a entrega dos certificados. Aqui, narramos o processo de adesão ao programa, a escolha do curso e a elaboração de seu projeto pedagógico, a seleção das alunas, sua acolhida no *campus*, especialmente na aula inaugural, e as experiências didático-pedagógicas nas disciplinas “Gênero, cidadania e direitos das mulheres”, “Gestão de pessoas e cultura organizacional” e “Saúde e qualidade de vida das trabalhadoras”. Nossa intenção é apresentar uma experiência exitosa de educação profissional, no campo da extensão,

que, a nosso ver, aproximou o *campus* da comunidade local, formou profissionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social e/ou vítimas de violência, e ratificou o papel estratégico do Estado e das políticas públicas no enfrentamento às desigualdades de gênero que historicamente afetam o Ceará (Frota *et al.*, 2011).

A divulgação do conhecimento científico tem sido objeto de diferentes trabalhos interessados na função social das ciências e tecnologias, e na sua força de afirmação da cidadania, da educação e da mobilização popular (Albagli, 1996; Bueno, 2010). O relato de experiência é um dos muitos gêneros do discurso que servem à difusão dos saberes elaborados em instituições de ensino, pesquisa e extensão – como os Institutos Federais e as universidades –, ainda que não necessariamente seja sempre resultado de uma pesquisa acadêmica. É o caso deste texto, que se detém sobre um projeto de extensão, ou seja, uma ação pedagógica que alia as práticas de ensino e pesquisa às demandas da comunidade e se propõe a partilhar o produto do trabalho intelectual desenvolvido institucionalmente e construir vínculos de aprendizagem com os sujeitos e as práticas do território. Compreendemos extensão como produção de

relações de compromisso mútuo, de solidariedade epistemológica e afetiva com as populações da região onde trabalhamos/vivemos; espaço de ensinar-aprender não para, mas *com* a comunidade, na esteira dos ensinamentos de educadores como Bell Hooks (2021), Paulo Freire (1995) e Nilma Lino Gomes (2017).

Escolhemos a *forma* do relato para estruturar o enredo destas vivências sobretudo por causa de sua *força* narrativa. Porque acreditamos que não há vida humana sem narrativa e, conseqüentemente, o próprio ato de educar “não seria possível fora das narrativas, das histórias que contamos sobre nós e os outros e do que produzimos enquanto memória”, uma vez que “tais práticas, em essência, nos situam histórica, cultural e socialmente no mundo e se constituem como artes de viver” (Melo, 2018, p. 144). Com este relato, desejamos contar uma das muitas histórias que inscrevem nossa instituição educacional e seus sujeitos neste tempo histórico, que dão sentido e propósito à prática pedagógica extensionista e guardam em si imenso potencial de compreensão e transformação das vidas de *mulheres em movimento* do Litoral Oeste/Vale do Curu cearense.



2. O Programa Mulheres Mil e o combate às desigualdades de gênero

O Programa Mulheres Mil é uma política pública cuja história remonta ao ano de 2001, quando instituições brasileiras e canadenses cooperaram para construir um projeto-piloto na área de Turismo e Hospitalidade, com foco no gênero, na educação e no acesso ao emprego, que atenderia as regiões Norte e Nordeste do Brasil¹. A experiência do projeto-piloto e a construção da Metodologia do Acesso, Permanência e Êxito, inspirada no sistema canadense de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia – ARAP, foram as bases para a estruturação de uma política nacional: em 2011, foi criado, por meio da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil – PMM, com o objetivo de “fomentar a formação profissional e tecnológica em articulação com a

elevação da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social” (Brasil, 2023, p. 11).

A nacionalização do Mulheres Mil ocorreu principalmente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma vez que cabia à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/MEC estruturar a organização e os tipos de projetos do programa, bem como lançar as chamadas públicas para os Institutos Federais submeterem suas propostas de formação. Em 2013, os IFs solicitaram à Setec a inclusão do PMM no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, que pretendia reorganizar o conjunto de ações no setor de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil², o que foi formalizado pelo Ofício-Circular

1. Para mais informações sobre a história do Programa Mulheres Mil, cf. o *Guia da Metodologia do Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil*, disponível no site do Ministério da Educação (MEC): <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/mulheres-mil/GuiaMulheresmil.pdf>.
2. De acordo com o *Guia da Metodologia do Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil* (2023), “as ofertas de cursos de qualificação profissional no Brasil pelo Governo Federal, até 2011, aconteciam em vários programas, em diferentes Ministérios, como o Programa de Qualificação Profissional (PNQ), do Ministério do Trabalho; o Soldado Cidadão, do Ministério da Defesa; o Programa Bem Receber Copa, do Ministério do Turismo, entre outros. O Bolsa Formação/Pronatec era um programa com potencial para reorganizar a oferta dos cursos de

51/2013 – Setec-MEC. Assim, de 2013 a 2018, o PMM foi executado pelo Bolsa Formação/Pronatec e ofertado pelos IFs e algumas redes estaduais públicas de ensino técnico. A partir de 2018, o Programa Mulheres Mil (ou programas decorrentes do PMM) foi oferecido com recursos próprios em mais de 18 instituições da Rede Federal – mas interrompido como política pública nacional (Brasil, 2023, p. 12-13).

Em 2023, o PMM é relançado pelo governo brasileiro, por meio da Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023, destacando “sua relevância e expertise” para promover o “acesso à educação profissional e tecnológica” e a inclusão socioproductiva de “mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica” no mundo do trabalho (Brasil, 2023, p. 13). O Art. 2º desta portaria estabeleceu como principais diretrizes do programa:

I – possibilitar o acesso à educação;

II – contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;

III – promover a inclusão social;

IV – defender a igualdade de gênero;

V – combater a violência contra a mulher;

VI – promover o acesso ao exercício da cidadania; e

VII – desenvolver estratégias para garantir o acesso das mulheres ao mundo do trabalho (Brasil, 2023).

Como podemos perceber a partir dos incisos elencados no artigo citado, o PMM é uma política pública social que tem como principal foco, por meio da possibilidade de acesso à educação, desenvolver e colocar em prática meios para, de uma maneira um pouco mais democrática, incluir essas mulheres no mundo do trabalho, e dessa forma contribuir com a melhora de suas condições econômicas e sociais.

qualificação profissional federais a partir da ótica do Ministério da Educação. A proposta foi trazer para o campo da educação a organização de cursos que aconteciam em vários programas independentes” (Brasil, 2023, p. 12).



3. O PMM na cidade dos três climas

No segundo semestre de 2023, a Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE consultou os *campi* sobre o interesse de participar da nova edição do Programa Mulheres Mil. Após a adesão do *campus* Itapipoca, coube ao Setor Técnico-Pedagógico e à Coordenação de Assuntos Estudantis, com o apoio de docentes, a tarefa de elaborar uma proposta de curso de Formação Inicial e Continuada que contemplasse, ao mesmo tempo, a política institucional de extensão e as diretrizes do Mulheres Mil.

O Programa Mulheres Mil é uma política pública que visa atender, segundo edital, pessoas que autoafirmem identidade de gênero feminina, tenham 16 anos de idade completos ou mais, tenham concluído o ensino fundamental e estejam em situação de vulnerabilidade social e econômica, em contexto de pobreza e extrema pobreza (ter Cad-Único) ou que sejam vítimas de violência assistidas pelos órgãos competentes. Mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e/ou Centro de Referência de Atendimento à Mulher em

Situação de Violência (CRAM) foram prioridade na seleção.

Neste momento do programa, no *campus* Itapipoca, com o intuito promover o aumento da qualificação profissional, ampliar as condições de empregabilidade, fortalecer o vínculo com a comunidade externa e, em algum nível, combater a exclusão no mundo do trabalho e a violência doméstica, ofertamos o curso de Assistente Administrativo baseadas na expectativa de que seria um atrativo para as mulheres da região (um polo comercial), o que de fato ocorreu, pois houve alta procura pela primeira turma do curso ofertado. Foram oferecidas 30 vagas disponíveis e tivemos 118 candidatas interessadas em ocupá-las, formando, inclusive, uma lista de espera para edições futuras.

O processo de seleção das alunas se deu por meio de análise socioeconômica do perfil situacional das mulheres inscritas. O perfil situacional foi obtido através de um questionário com diversas perguntas a respeito da vida e vivências daquelas mulheres. Dentre os critérios de seleção, tivemos os seguintes: nível de escolaridade, idade, cor/etnia, identidade de gênero, renda familiar e residência. Esses marcadores foram importantes para traçar o perfil das

alunas ingressantes no curso e constituíram critérios importantes para análise social. Em termos de escolaridade, raça/cor, renda e moradia, o perfil das alunas demonstrou que das 30 mulheres selecionadas para a primeira turma: 23 haviam concluído o ensino médio; 27 se auto-declararam pardas/pretas; 10 não tinham nenhuma fonte de renda; 7 declararam renda de até R\$330,00; e 28 residiam na zona urbana.

Diante dos dados obtidos, foi possível apontar o perfil do público-alvo do programa: mulheres cisgêneras, negras e com baixa escolaridade. Ao longo da história da humanidade, as mulheres são uma população marginalizada socialmente, quadro agravado quando se consideram os marcadores de raça e nível de

escolaridade, os quais contribuem para o aumento da vulnerabilidade, da discriminação social e da exclusão no mundo do trabalho. Diante deste cenário, o PMM é um programa que busca oferecer educação formal às mulheres, ainda que, na prática, observem-se limitações latentes, como a modalidade adotada pelas instituições – Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) –, com cargas horárias mínimas e aquém da necessidade formativa do público-alvo. De outro modo, o PMM ainda é um necessário instrumento de combate a fatores que subalternizam as mulheres pobres e negras deste país, em especial aquelas que não tiveram acesso a trajetórias adequadas de escolarização.

4. Aula inaugural e interseccionalidade

Em abril de 2024, foi realizada a aula inaugural da primeira edição do Programa Mulheres Mil no *campus* Itapipoca. Neste dia, estiveram reunidas para um momento de integração a equipe executora da Reitoria, servidoras responsáveis pelo curso no *campus*, professores e professoras, alunas e suas famílias. O momento que seria de acolhimento das alunas na instituição foi também formativo, pois trouxe, pela primeira vez para muitas ali

presentes, o contato com o conceito de *interseccionalidade* (Collins e Bilge, 2016), que discutiremos noutros momentos deste texto.

Aqui, narramos o processo de construção do curso e da experiência de algumas disciplinas. Portanto, é importante dizer que esta escrita é praticada, informada, situada pelas nossas próprias experiências. O relato, dessa forma, apresenta diferentes modos de compreensão sobre o curso, distintos olhares e



perspectivas. Este dado se soma à proposta de interação da aula inaugural: vivenciar um momento marcado pelas nossas identidades, maneiras de ser e estar no mundo, e como elas conformam experiências pedagógicas.

Para a aula inaugural, convidamos as servidoras que, à época, coordenavam o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) e o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) a fim de dialogarem com as cursistas sobre *interseccionalidade* tomando o próprio trabalho dos núcleos no *campus* como exemplo da materialização (e das possibilidades) desse conceito. Sendo que as coordenadoras do NEABI e NUGEDS, eram também professoras do curso. A dinâmica pensada para a atividade previa que as mulheres ali reunidas pudessem pensar sobre si próprias e nas múltiplas dimensões – imaginárias, materiais, políticas, discursivas e práticas – que o gênero, a raça, a classe social, as necessidades específicas e outros marcadores sociais da experiência humana ocupam na vida pública e privada brasileira.

Aqui, nos orientamos pela compreensão de que a interseccionalidade se refere, também, às maneiras pelas quais as pessoas, como

sujeitos individuais ou organizadas em coletivos, vivem e produzem subjetividades (e são alvo de violências articuladas sistematicamente em função delas). Entendemos que, mesmo sem conhecerem o conceito, as mulheres cursistas do PMM experienciam cotidianos que as colocam em lugares de (raras) oportunidades e (muitas) exclusões. Então, a dinâmica se voltou para o exercício de compreender quais sistemas de opressão atingem o público-alvo do curso no dia a dia e ao longo da história.

Para tanto, a atividade teve início com a apresentação de imagens de algumas mulheres desconhecidas (retiradas da internet), mas que tinham um perfil passível de ser olhado e julgado com as lentes do estereótipo. As imagens apresentavam mulheres negras, brancas, indígenas, com deficiência e trabalhadoras rurais. Divididas em grupos, as alunas escolheram quais daquelas mulheres nas imagens mais lhe interessavam. O próximo passo foi produzir uma narrativa ou contação de histórias acerca da vida daquelas mulheres. As alunas deveriam, a partir do que viam na imagem, sem nenhuma outra informação, construir suas interpretações acerca de quem eram aquelas mulheres e qual história aquela imagem contaria. As histórias expressaram um pouco dos

preconceitos das cursistas e o quanto a estrutura social nos impede de pensar outros lugares para algumas mulheres às quais são associados estereótipos de vulnerabilidade, por meio de marcadores como classe, raça e deficiência. Por outro lado, elas também apresentaram alguns pontos contrários à estereotipia, com histórias que narraram episódios de resiliência e reviravoltas.

Com a atividade, pudemos perceber o quanto os marcadores sociais

constroem nosso imaginário, crenças, comportamentos e fortalecem os sistemas de opressão. Durante a dinâmica, as próprias alunas puderam perceber a reafirmação de alguns dos estereótipos dos quais elas também eram alvo. Após o caloroso debate, apresentamos a teoria e o método por trás (e por dentro) da dinâmica, comentando algumas autoras que discutem a interseccionalidade criticamente.

5. Gênero, direito das mulheres e cidadania

Esta seção do texto se propõe a apresentar e analisar a experiência da disciplina “Gênero, Direito das Mulheres e Cidadania”, ofertada no primeiro bloco do curso em Assistente Administrativo para o Programa Mulheres Mil, no IFCE *campus* Itapipoca.

A disciplina “Gênero, Direito das Mulheres e Cidadania” causou um certo *frisson* no seu começo. Devemos assumir que as lutas das mulheres por justiça social e equidade, quando analisadas sob as lentes da história, causam algum espanto. Afinal, por muito tempo, a narrativa das próprias histórias não era permitida às mulheres. Por isso, assumir a voz e contar a si mesma ainda parece algo transgressor em

uma sociedade sexista e, em grande medida, misógina.

Diante disto, abordar temas como feminismos, trabalho reprodutivo e doméstico, cuidado, direitos reprodutivos, igualdade de gênero, equidade social e divisão justa do trabalho acabam é, via de regra, recebido com algum espanto e desconfiança. Apesar dessas interdições, e com muito diálogo e acordos de convivência nas aulas, as mulheres foram reconhecendo suas próprias histórias e narrando suas vidas de modo integrado ao conteúdo. Este foi um dos papéis principais desta disciplina: permitir que as mulheres se compreendam, que se tornem sujeitas de si mesmas dentro de uma sociedade que, recorrentemente, reproduz e escala



índices de violência e vulnerabilização femininas.

A disciplina, como se propôs, circulou por grandes temáticas de interesse das mulheres, construindo um arcabouço teórico sobre seus direitos no mundo e, em seguida, voltando-se para o cenário brasileiro. Constituída de cinco aulas – um tempo curto para discussões tão amplas e densas –, foi necessário escolher um percurso formativo que permitisse às alunas acessarem o conteúdo de forma dinâmica e a partir das suas próprias realidades. Isto, pois o planejamento das aulas se baseou na perspectiva de uma pedagogia engajada, como proposto por Bell Hooks (2013), que olha para a educação como uma prática de liberdade, guiada por modos de ensinar que permitam a qualquer pessoa aprender.

Na primeira aula, fizemos um passeio pelas lutas das mulheres para a construção da ideia de *feminismos*, no plural. Aqui, destacamos o quanto as lutas das mulheres têm sido importantes para a atualidade em termos de direitos e acessos. Pensamos coletivamente nas conquistas que nos impactam até hoje e que abriram espaços para a demanda de novas pautas, outros desejos, reivindicações as mais diversas e necessárias. Neste dia, o tema central foi “diálogos introdutórios sobre os

debates feministas e os direitos das mulheres”.

Naquela aula inicial, acessar alguns dos principais conceitos dos estudos de gênero deu margem para elaborações pessoais das cursistas acerca das experiências das mulheres e de como elas compreendiam suas formas de ser no mundo. Foi um exercício importante, pois as levou a perceber que mesmo com pouca escolaridade – caso da maior parte da turma –, eram capazes de se ver nos conceitos, de compreender, a seu modo e no seu tempo, teorias sofisticadas sobre si mesmas. O exercício de aprendizagem naquele dia foi potente. Na ocasião, ainda, foi importante entender o que (e quem) se considera *minorias sociais*, em contrapartida ao que se entende por *minorias estatísticas*. Compreender que o gênero é um marcador social que determina acessos ou exclusões na sociedade é caminho central para pensar a vida das mulheres. E compreender que outros marcadores levam grupos mais ao centro ou às margens se tornou relevante para que as alunas compreendessem as vulnerabilidades impostas, historicamente, à população feminina.

Dialogamos diretamente com o debate da interseccionalidade (Collins e Bilge, 2016; Akotirene, 2019), com o propósito de, ao lado das

alunas, pensar o conceito a partir de uma proposta teórico-metodológica aliada às suas experiências sociais. O pensamento interseccional nos permite compreender como o cruzamento de opressões afeta as existências de determinadas populações. Trata-se de um conceito forjado pelas feministas negras estadunidenses na década de 1980, tendo na figura de Kimberlé Crenshaw (1989) uma de suas principais elaboradoras. No Brasil, autoras como Lélia Gonzalez (1983) também abordaram a relação interseccional entre sexismo e racismo na sociedade brasileira, pensada como reflexo de um sistema de sobreposição de opressões.

Veio, em seguida, o debate acerca da divisão sexual do trabalho e o lugar das mulheres na economia do cuidado. Neste ponto, discutimos como as relações de cuidado trazem em si as desigualdades de gênero, de raça e de classe; e constituem também problemas para a democracia. Flávia Biroli (2018), uma das autoras estudadas na disciplina, chama atenção para algumas dessas dimensões. Ela mostra que o tempo, na sociedade capitalista, assume a forma privada e está diretamente relacionado ao dinheiro ou aos recursos financeiros, o que, no caso de muitas mulheres, é subtraído. Isso porque o trabalho

doméstico assume um *status* de não trabalho, não passível de reconhecimento econômico (salário) e, portanto, desprezível aos olhos do capital – ainda que sem ele não exista força de trabalho a ser explorada. Por isso, garantir uma participação política das mulheres é tão necessário para que se estabeleçam processos de inclusão e reflexão crítica sobre nossa presença no mundo do trabalho contemporâneo.

Portanto, se a agenda política é fundamentada de forma antagônica às relações de cuidado e não inclui no debate quem cuida, isso se torna um problema para a democracia. Então, o duplo cuidado/trabalho não é discutido de modo consistente, uma vez que ocupa posição lateral no debate político, realidade motivada, sobretudo, pela ausência de mulheres críticas e com consciência de gênero nestes espaços.

Cabe citar, aqui, a historiadora Gerda Lerner (2019), que em seu livro *A criação do patriarcado* argumenta que a mercantilização das mulheres é a fundação da propriedade privada e que o início do Estado se dá pela manutenção da família patriarcal. A autora faz um percurso histórico, desde os princípios da humanidade, para explicar como os sujeitos homem e mulher se constituem. Ela conta que a



divisão sexual do trabalho, no passado remoto (Neolítico), se dá na diferença biológica, não pela força ou pela disposição de técnicas para caçar, mas pelo fato das mulheres reproduzirem.

Esses conteúdos, de forma interligada, permitiram o debate acerca da representação das mulheres na sociedade. Transitando pela interseccionalidade, pelo trabalho e cuidado e pelos direitos das mulheres, propomos às cursistas que compreendessem a representatividade feminina na política como um caminho inadiável para minimizar as desigualdades de gênero. Muitas narrativas da turma expressaram a falta de tempo para ser agente da própria história, uma vez que sempre há uma interferência ou imposição social sobre elas, seja pela própria situação de vulnerabilidade social, seja pelas escolhas afetuosas que acabam sobrecarregando-as em lugares e “obrigações” dados, de modo inato, quase por invocação divina, como seus – a exemplo da família, dos filhos, dos idosos, dos adoentados, de qualquer um que necessite ser cuidado.

Para concluir a disciplina, diante do cenário crítico que já havia sido criado, focamos no debate acerca da violência contra as mulheres. Para realizá-lo de forma mais apropriada e em diálogo com os

espaços de apoio às mulheres no território, convidamos o Centro de Referência da Mulher em Itapipoca (CRAM) para o encerramento da experiência pedagógica. Com a condução das profissionais da área, informamos às mulheres do curso sobre a rede de apoio e atendimento às mulheres na cidade e região, bem como os tipos de violência enfrentados e seus direitos em situações específicas. Foi uma experiência muito rica, pois apresentou saberes que, para muitas delas, ainda eram desconhecido, sobretudo no campo do cuidado e da atenção às vítimas de violência de gênero. Neste dia, como em todos os outros, os relatos de fragmentos de suas histórias se estiveram presentes em todo o debate.

Como atividade avaliativa, propomos que cada aluna elaborasse um texto, feito em sala de aula, respondendo à seguinte questão: “qual o lugar das mulheres na sociedade brasileira?”. Não especificamos um formato para o texto, deixando-as livres para escolherem a forma textual que mais se adequasse à enunciação do que compreenderam e aprenderam. Com isso, revelaram-se nas atividades as mais diversas formas de escritas, desde textos críticos a músicas, desenhos, mapas mentais, cartas, quadrinhos e poemas. Esses textos materializam a expressão

de mulheres das classes populares brasileiras em um contexto formal,

crítico e emancipatório de aprendizagem em educação profissional.

6. Gestão de pessoas, cultura organizacional, saúde e qualidade de vida

Apresentamos, neste momento do texto, as escolhas, experiências e análises educacionais realizadas nas disciplinas “Gestão Pessoal e Cultura Organizacional” e “Saúde e Qualidade de Vida das Trabalhadoras”. Ambas foram pautadas numa pedagogia revolucionária (Saviani, 2018), pois desejávamos colocar em prática uma educação política e interseccional, capaz de viabilizar transformações pessoais e sociais, coerente com as intenções e a proposta educacional iniciada na aula inaugural da primeira edição do Programa Mulheres Mil, no *campus* Itapipoca.

No primeiro encontro de “Gestão Pessoal e Cultura Organizacional”, realizamos um Círculo de Cultura (Freire, 1987) com três palavras/frases geradoras: *gestão*, *mulheres em lugares de gestão* e *gestão da própria vida*. Convidamos as mulheres a pensarem, conversarem em pequenos grupos e explicarem como entendiam cada palavra/frase, que foram entregues separadamente, uma após a outra. Por esta atividade compor uma disciplina do curso de Assistente Administrativo,

já imaginávamos que a primeira palavra, *gestão*, seria associada diretamente ao mundo do trabalho empresarial, corporativo.

Na segunda etapa, com a expressão *mulheres em lugares de gestão*, a maioria das associações semânticas continuaram no mundo do trabalho corporativo empresarial; contudo, relacionadas a cargos secundários, como os de secretárias, gerentes ou coordenadoras de áreas, ainda que tenham citado o trabalho de gestão nos ambientes familiares, gerindo suas casas, as vidas dos seus maridos, filhos (as) e dos pais idosos. No momento de pensar, conversar e significar a *gestão da própria vida*, presenciamos um misto de silêncio, risos e desconforto por não saber bem o que dizer. Segundo elas, não sobrava tempo para pensar nelas, principalmente depois que casavam e/ou tinham filhos.

Compreendemos que esses primeiros diálogos e escutas, gerados com a atividade do círculo de cultura, criaram a ambiência pedagógica necessária para propor a segunda atividade, nomeada *Linha*



do *Tempo* e elaborada para guiar as reflexões subjetivas e interseccionais nas duas disciplinas, “Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional” e “Saúde e Qualidade de Vida das Trabalhadoras”. Ela corresponde a uma proposta individual, que foi iniciada em sala de aula, com o objetivo de sanar possíveis dúvidas, e estabeleceu-se um prazo de quinze dias para a entrega. Isso porque reconhecemos que em uma tarefa como esta, que requer o recurso à memória e à carga emocional a ela vinculada, era necessário um exercício de introspecção (e de recolhimento individual) para que elas identificassem e pontuassem, de forma livre e criativa, as ocasiões, os lugares e as pessoas, que, ao longo das suas histórias de vida, contribuíram para a construção das suas atuais crenças pessoais (positivas e ou negativas) em relação às suas formas de planejar e gerir as suas próprias vidas.

Nos encontros seguintes, a disciplina seguiu com os estudos, as leituras e as atividades referente aos conceitos de gestão, gestão de pessoas, cultura e cultura organizacional nos espaços corporativos e administrativos. Contudo, garantimos espaços para as alunas revisitarem as suas escritas na atividade *Linha do Tempo*, na intenção de viabilizar reflexões sobre como essas categorias de estudo estão presentes ou

ausentes nas suas histórias e perspectivas de vida. Com isso, propusemos a elas que compreendessem os conceitos de “gestão de pessoa” e “cultura organizacional” a partir delas, ao avaliarem como estão gerindo e organizando as suas próprias vidas, como estão entendendo e até que ponto se sentem preparadas para trabalhar nos setores de Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional das empresas.

A metodologia fundamentada na pedagogia revolucionária de Saviani (2018) e nas tendências progressistas (Libâneo, 2006) nos permitiu realizar reflexões interseccionais, articuladas às realidades sociais de gênero das alunas e estabelecendo a relevância humana e social de suas experiências. Nossa intenção era prepará-las para reconhecer e assumir as suas participações ativas e cidadãs na sociedade; escolha metodológica que também elegemos como fio condutor da disciplina “Saúde e Qualidade de Vida das Trabalhadoras”, contemplada inclusive na sua ementa, na qual constavam os seguintes conteúdos curriculares a discussão da história e do contexto sócio-político dos conceitos de saúde, qualidade de vida das trabalhadoras, com ênfase em “aspectos de gênero, diversidade, interesses de classes sociais, [...] condições de trabalho, garantia de direitos e

políticas públicas contra-hegemônicas e [anti]patriarcais” (IFCE, 2024).

Procuramos explicar criticamente a história da saúde e a qualidade de vida das trabalhadoras no Brasil entrelaçadas às histórias das alunas, às suas memórias individuais e coletivas de gênero, suas compreensões e percepções de classes sociais, etnia e os aspectos culturais do patriarcado. Realizamos estudos e exposição das políticas públicas referentes aos direitos das trabalhadoras, relacionando-os a aspectos referentes à saúde e a qualidade de vida (Marcacine et al., 2019). Buscamos, sempre que possível, acionar e relacionar as suas experiências de trabalho, a construção das suas crenças individuais, já descritas na atividade *Linha do Tempo*, e as crenças coletivas em relação aos seus direitos trabalhistas.

Foi possível atestar que a maioria delas sabia da existência dos seus direitos trabalhistas. Contudo, as categorias “saúde” e “qualidade de vida” pareciam visivelmente algo novo para todas elas. Na ocasião, algumas mulheres declararam nunca terem imaginado ou relacionado os conceitos de “saúde” e “qualidade de vida” como preocupação que os empregadores deveriam ter. Na sequência das reflexões e diálogos, fomos recordando do exame médico de admissão, da

licença-maternidade, das orientações em relação à postura corporal e os incentivos aos exercícios físicos presentes em algumas empresas.

Com a exposição dos conteúdos específicos dessas disciplinas, desafiámos as alunas a construir a atividade “Mulher, vem trabalhar com a gente!”. Em equipes de até quatro alunas, elas deveriam criar e apresentar uma empresa fictícia, com missão, valores, produto e/ou serviço, público-alvo, clientela, cargos, regime de trabalho e cultura organizacional. Na sequência, após apresentar a empresa fictícia, precisaram anunciar vagas de emprego para mulheres, descrevendo condições de trabalho que respeitassem os direitos trabalhistas e as políticas de saúde e qualidade de vida para as trabalhadoras. Foi uma experiência educacional que proporcionou diversão, motivação e o exercício político de ocupar o lugar da empregadora que pode escolher garantir os direitos das mulheres.

Com essa última atividade, finalizamos a apresentação das escolhas, experiências e análises educacionais realizadas nas disciplinas “Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional” e “Saúde e Qualidade de Vida das Trabalhadoras”, nas quais procuramos abordar os conteúdos conectados às histórias de vidas das alunas. Desejamos, sobretudo,



viabilizar reflexões individuais, coletivas e de gênero para fortalecer as suas compreensões pessoais e

sociais, essenciais para a construção de uma existência humana política, criativa e afetiva.

7. Conclusão

Este texto se propôs a elaborar um relato da experiência da primeira edição do Programa Mulheres Mil no IFCE – *campus* Itapipoca, abordando a sua concepção e a experiência com algumas disciplinas, aquelas mais relacionadas à temática de gênero e mulheres. Neste texto, visamos mostrar os processos de escolha do curso, de seleção das mulheres, de construção pedagógica e vivência com as disciplinas, bem como com a interação entre elas.

Políticas como o PMM, ainda que com limitações, fazem da educação uma ferramenta de transformação social para mulheres em vulnerabilidade social; replicam, por si só, uma diversidade de possibilidades para

as pessoas envolvidas. De distintas formas, desde a equipe executora até outros estudantes do *campus*, todas as pessoas são afetadas.

É importante considerar que parte da construção do conhecimento aqui narrado só foi permitida pela interação e relação entre as mulheres. Este, inclusive, foi um dos pontos positivos narrados por elas. O fato delas terem construído outras sociabilidades a partir do encontro com outras mulheres, outras histórias, permitiu o olhar para si e a construção de caminhos de orientação para as próprias vidas. Isso fortalece a máxima de que mulheres juntas – conscientes e solidárias a si e às outras – sempre vão mais longe e são cada vez mais fortes.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBAGLI, Sarita. **Divulgação científica: informação científica para a cidadania?**. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia da Metodologia do Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil**. Brasília, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011*. Brasília, 2011.

BUENO, Wilson Costa. **Comunicação científica e divulgação científica**: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2010.

COLLINS, Patricia. Hill.; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and anti-racist politics". **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**., 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROTA, Maria Helena de Paula. et al. **Uma expressão da violência de gênero no Ceará**: o assassinato de mulheres. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luiz. *Anais...* São Luiz, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. A.. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCSS, Cap. 3, 1983.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade**. Trad.: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Trad.: Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.



LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MARCACINE, Patrícia Ribeiro. et al. **Qualidade de vida, fatores sociodemográficos e ocupacionais de mulheres trabalhadoras**. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 749-760. 2019.

MELO, André Magri Ribeiro de. **Caleidoscópios da memória: os jovens e a literatura no sertão potiguar**. 2018. 272 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 43^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.



A importância do Programa Mulheres Mil na capacitação e no impacto econômico e social das mulheres na cidade de Maracanaú/CE

Adriano Barros Carneiro
Adriana Gonçalves de Sales Costa
Francisco Ricardo Nogueira de Vasconcelos

1. Introdução

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho e na educação é um desafio histórico no Brasil. Muitas mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, enfrentam dificuldades para acessar oportunidades de qualificação profissional. Nesse contexto, o Programa Mulheres Mil surge como uma iniciativa estratégica para promover inclusão e capacitação, ampliando as possibilidades de inserção no mercado formal e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

Este artigo tem como objetivo analisar a importância do Programa Mulheres Mil na capacitação das mulheres no município de Maracanaú/CE, bem como o seu impacto na economia e na sociedade. A metodologia utilizada inclui revisão de literatura e análise de dados secundários sobre o programa.

2. O Programa Mulheres Mil e a capacitação profissional

Criado em 2007 e expandido a partir de 2011 pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa Mulheres Mil é uma iniciativa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que oferece cursos de formação inicial e continuada para mulheres em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2025).

A proposta do programa se baseia na oferta de qualificação profissional alinhada às demandas do mercado de trabalho local, além de incluir formação cidadã e desenvolvimento pessoal. A capacitação oferecida pelo Programa Mulheres Mil abrange diversas áreas, como Gastronomia, Costura e Moda, Construção Civil, Informática Básica, Serviços Administrativos, Beleza e Estética.

Os cursos, além de possibilitarem o ingresso no mercado formal, incentivam o empreendedorismo, permitindo que as participantes desenvolvam seus próprios negócios e conquistem autonomia financeira.

No caso do IFCE Maracanaú, ofertamos o curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.

Ao se deparar com o desafio de aceitar o curso de eletricista instalador predial de baixa tensão, as alunas, de modo geral, apresentam a

seguinte dúvida: qual a função de uma eletricista de instalação predial de baixa tensão, especificamente? Para responder a essa pergunta, primeiro precisamos saber o que faz uma eletricista predial.

Esse profissional é responsável por inspecionar a instalação elétrica de um prédio, e diagnosticar algum problema nos quadros de distribuição, em ligações de tomadas de aparelhos e equipamentos elétricos, identificando as possíveis causas de falhas nesses sistemas e corrigi-las.

Atuam também na manutenção, prevenção e correção desses sistemas; na instalação e substituição de aparelhos e componentes desses aparelhos elétricos, de modo a garantir o seu bom funcionamento.

De modo mais geral, uma eletricista predial é a profissional responsável em manter bem cuidada a rede de instalações elétricas de um imóvel predial, podendo, também, atuar além da instalação elétrica, em tarefas de manutenção e construção de rede elétrica em prédios residenciais ou comerciais.

A primeira turma do curso formada pelo IFCE – Campus Maracanaú 2024 – teve a oportunidade de entender, de forma teórica e prática, como uma profissional deve cuidar



da parte elétrica de um prédio ou residência, qual o diferencial de trabalhar diretamente com equipamentos elétricos, instrumentos e a realização de instalações elétricas de baixa tensão.

Por realizar desde instalações elétricas, manutenções de equipamentos eletroeletrônicos, e garantir, inclusive, a partir de testes prévios, que tais estruturas estejam em bom funcionamento, é que podemos dar a garantia de que a mão de obra dessas profissionais é qualificada e certificada pela instituição, aumentando, assim, a chance de empregabilidade dessas profissionais no mercado de trabalho.

Ressaltamos que, seguindo o regulamento da Agência Brasileira de Normas Técnicas, essas profissionais foram qualificadas para interpretar esquemas elétricos e realizar a montagem correta de painéis, cabearios e equipamento de baixa tensão, de forma segura.

Nesse sentido, o mercado de trabalho para eletricistas de instalação e manutenção prediais, apresenta uma boa chance de empregabilidade, por se tratar de um serviço essencial para garantir a manutenção segura das instalações elétricas desses ambientes.

Geralmente, existe uma boa procura para instalação de redes e

equipamentos elétricos, assim como a manutenção corretiva ou preventiva de aparelhos e equipamentos elétricos, o que faz com que essas profissionais, tenham mais oportunidades de trabalho no mercado.

Além disso, a profissional formada no curso pode atuar em vários segmentos do mercado de trabalho: na prestação de serviços residenciais, comerciais e indústrias e no apoio à construção civil. Estes segmentos garantem, a uma profissional eletricista, um salário que condiz com o investimento e o tempo de experiência profissional, e varia de acordo com cada estado do país.

Estamos falando de salário inicial, mas, se fizer uma qualificação profissional, como um curso de especialização, por exemplo, há para essas profissionais, a possibilidade de ganhos maiores.

Existe a possibilidade da criação do Microempresário Individual (MEI), que representa uma boa oportunidade para as eletricistas ingressarem no mercado de trabalho de forma autônoma, e terem direito a emissão de notas fiscais, com baixo custo (Santos, 2018).

Durante o curso ministrado para a primeira turma do IFCE Campus Maracanaú, tivemos a oportunidade de oferecer palestras sobre empreendedorismo para as alunas

participantes, promovendo uma clara mudança de paradigma dessas mulheres, no sentido de encarar esse novo desafio.

De acordo com (Santos, 2018) “Como eletricista autônomo você precisará ser reconhecido no mercado como “o cara” na área elétrica

e conseguir as tão preciosas indicações de serviços”.

Por fim, o curso de eletricista em manutenção e instalação predial, qualifica e prepara o profissional para lidar com componentes e equipamentos elétricos, bem como utilização de materiais e ferramentas elétricas.

3. Impacto social, econômico e transformação na vida das mulheres

Historicamente a mulher foi vista como um ser incapaz de desenvolver atividades que socialmente só os homens eram capazes de realizar, desde a Antiga Grécia, como afirma Aranha (1996) “a criança do sexo feminino permanecia no *gineceu*, local da casa onde as mulheres se dedicavam aos afazeres domésticos, menos importantes em um mundo essencialmente masculino”. Essa afirmação comprova como as mulheres, nas civilizações antigas, não tinham espaço social, econômico e principalmente educacional, só algumas mulheres sabiam ler e escrever e ainda recebiam críticas por tal desempenho cognitivo.

Lucena (2007) afirma que as mulheres, desde os mais remotos tempos, foram excluídas da cidadania, não só em função dos interesses dentro da família, mas perante sua diferença em relação aos homens.

Uma história politicamente produzida pela exclusão, a partir do conceito de cidadania, a partir do entendimento do que é ser cidadão ou cidadã dentro de uma sociedade marcada pelo machismo.

A autora afirma, ainda, que o fato das mulheres pertencerem à comunidade familiar impossibilitou-as de serem cidadãs. Diante do conceito de cidadania, algumas questões surgem: quais dificuldades as mulheres enfrentaram para serem vistas como cidadãs? Como a cidadania pode ser compreendida em nossa sociedade, especificamente a brasileira?

Um dos motivos para a formulação dessas questões pode ser compreendido a partir da explicação de Lucena (2007), quando afirma que, muitas vezes, isso se dá pelo fato das mulheres pertencerem à comunidade familiar, impossibilitando-as de serem consideradas cidadãs.



Como se percebe, ao longo da história, a mulher foi vista como boas esposas e mães cuidadosas, sendo responsáveis por tarefas do lar. Portanto, como não sendo capazes de desempenhar funções no mercado de trabalho, na política e na educação, sobretudo nas grandes empresas onde os grandes cargos são ocupados por homens.

Nos últimos anos, a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho obteve algumas melhorias, mas ainda há espaço para novos progressos. A população feminina, segunda autora, ultrapassa cinquenta por cento da população mundial. Ainda assim, esse quantitativo não simboliza igualdade em números de mulheres no mercado de trabalho.

É verdade que, nas últimas décadas, as mulheres vêm se destacando no mercado financeiro, seja por oportunidades de trabalho ou por intermédio da participação em projetos sociais, que favorecem a inclusão delas no mercado de trabalho, refletindo no empoderamento feminino (Silva, 2023).

A importância das lutas relacionadas ao empoderamento feminino está voltada para a conquista de espaços iguais no mercado de trabalho. Assim, o empoderamento favorece às mulheres o direito de atuar

de forma positiva em vários tipos de ações, sejam elas decisões sociais, culturais ou pessoais. (Cohen, 2009).

Portanto, para que o empoderamento de fato ocorra, é preciso que haja uma mudança de comportamento de muitos homens que assumem funções majoritárias na sociedade, como também uma transformação no quadro de exclusão das mulheres no mercado de trabalho (Osterne, 2020).

Em favor da luta por essa exclusão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) vem desenvolvendo O Programa Mulheres Mil, que tem como um dos objetivos favorecer o empoderamento feminino e a autonomia para mulheres de baixa renda, possibilitando a elas tornarem-se empreendedoras no ramo da instalação elétrica.

Esse projeto trouxe vários impactos sociais e econômicos na vida dessas mulheres. Muitas abriram as suas empresas e alcançaram a sua independência financeira, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico, além da promoção de igualdade de gênero, em suas vidas e na comunidade que residem (Souza, 2022).

Um aspecto importante é o impacto econômico que esse projeto tem alcançado no estímulo à

inovação e ao uso de tecnologia, promovendo a cultura da valorização feminina no âmbito do empreendedorismo feminino.

Com base numa pesquisa realizada pelo SEBRAE de Santa Catarina, em 2023, o crescimento do empreendedorismo feminino tem um impacto significativo na economia brasileira, contribuindo para o aumento da produtividade, e da geração de emprego e renda.

Os resultados da pesquisa afirmam ainda que, quando uma mulher empreende, ela gera, à sua volta, um ciclo de prosperidade com relação à sua comunidade, à sua família e a outras mulheres. Elas tendem a investir mais na educação dos filhos, no suporte à comunidade e na assistência aos parentes. Criam, portanto, uma rede de apoio fortalecida e com melhores possibilidades financeiras. Elas também empregam mais mulheres, preferindo contratar mão de obra feminina para os seus negócios.

4. Considerações finais

O Programa Mulheres Mil tem se mostrado uma política pública eficaz na capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade, impactando positivamente suas condições econômicas e sociais. Ao oferecer

O Projeto Mulheres Mil impacta diretamente no desenvolvimento sustentável dessas futuras eletricistas, podendo elas criarem o seu próprio negócio e terem a sua independência financeira, contribuindo para questões como a diminuição da violência contra elas mesmas e com a diminuição da discriminação por gênero. Impacta, também, no reconhecimento e remuneração do trabalho não pago (como as atividades domésticas e de cuidados), gerando uma sociedade mais igualitária.

Portanto, a execução desse projeto foi muito importante para a autorrealização dessas mulheres, deixando claro que a mulher pode estar onde ela quiser, desempenhando funções socialmente vistas pelo público masculino, capacitando-se para a autogestão, tornando-se resilientes, autoconfiantes e motivadas. Até mesmo a felicidade em poder administrar seu próprio negócio, impactando na vida social e econômica das que as rodeiam.

qualificação profissional e incentivar o empreendedorismo, o programa amplia as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e fortalece a autonomia financeira das participantes.



Além dos benefícios econômicos, o impacto social do programa é significativo, promovendo o empoderamento feminino, a valorização da educação e a redução da desigualdade de gênero. Nesse sentido,

políticas públicas como o Programa Mulheres Mil devem continuar sendo fortalecidas e expandidas para alcançar um número ainda maior de beneficiadas, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 2 ed. São Paulo: Moderna,. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Mulheres Mil. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 14 mar. 2025.

COHEN, Marlene. **Como escalar montanhas de salto alto?** São Paulo: Saraiva, 2009.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: EdUece, 2020.

SANTOS, Jair Marciel dos. O mercado de trabalho e as oportunidades de ganhos do profissional eletricista. [s.l.]. Telredes Cursos, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://encr.pw/Pn4Hs>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SILVA, Maria et al. Empoderamento Feminino e Educação Profissional: O impacto do Programa Mulheres Mil. **Revista Brasileira de Educação Profissional**, v. 8, n. 2, p. 45-60, 2023.

SOUZA, Carla. **Gênero e Mercado de Trabalho: O Papel das Políticas Públicas na Redução da Desigualdade**. Editora Universitária, 2022.

O princípio da igualdade de Rawls: o empoderamento formativo e econômico do Programa Mulheres Mil

Vanessa Lopes Vasconcelos
Francisco Damazio de Azevedo Segundo

1. Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, assegura, em seu artigo 26, a universalidade do direito à educação, ou seja, legalmente, o acesso à educação se faz sem distinção de gênero, classe social, raça, credo. Sendo a formação ofertada a todos em condições de igualdade (Organização das Nações Unidas, 1948).

O problema na redação do artigo diz respeito às condições de igualdade. Desta forma, se faz necessário compreender, a partir de um aporte filosófico, o conceito de igualdade, para que seja possível um entendimento viável, a fim de concretizar a universalidade do acesso à educação.

O pensamento do filósofo norte-americano John Rawls será o guia norteador para a análise e estudo do princípio da igualdade, e também o possibilitador de uma compreensão do Programa Mulheres Mil enquanto ação estatal que visa dirimir as desigualdades de gênero na sociedade, sejam elas formativas, econômicas ou sociais. Ações essas que

possibilitam, a partir de políticas públicas, a inclusão de gênero.

Diante das repetidas crises enfrentadas pelo modelo político liberal – como os graves colapsos econômicos que afetam tanto a economia nacional quanto a internacional, além da persistência das desigualdades sociais e econômicas nas sociedades liberais –, John Rawls se posiciona criticamente. Esse sistema é caracterizado por uma acentuada concentração de riqueza nas mãos de poucas instituições, enquanto a maior parte da população, especialmente as mulheres, permanece excluída do acesso a direitos fundamentais, como a educação e a formação capazes de promover mudanças reais em suas vidas.

John Rawls se espelha na liberdade do indivíduo enquanto elemento fundante e norteador de uma democracia liberal em que os cidadãos sejam dotados de plena liberdade, o que possibilita direitos básicos, tais como a participação, o direito à manifestação, como também o direito à propriedade, que devem desaguar em uma práxis. Para tanto, faz-se necessário que as instituições sociais sejam asseguradoras da cooperação social, da sociabilidade (Rawls, 2002).

A relação entre liberdade e igualdade permeia o pensamento

rawlsiano, tendo em vista que aquela não pode ser delimitada em função desta. Há o enaltecimento da liberdade em função da igualdade. Contudo, o pensador norte-americano ressalta que, diante de liberdades que não são básicas ao indivíduo, que visem garantir a sua dignidade, mas tão somente o lucro e a acumulação de riquezas, então essas devem sofrer uma delimitação, uma vez que não são essenciais.

A finalidade da atuação do estado gira em torno de uma maior fiscalização dessas riquezas, a fim de gerar distribuição, sobretudo para os setores mais vulneráveis, que sofrem com a violência da desigualdade e do descaso de gênero, raça, que afetam diretamente e acarretam desníveis econômicos e sociais.

O princípio da igualdade que permeia o princípio da liberdade e, para que seja plenamente efetivo, aquele se divide em dois subprincípios: o princípio da equidade e da diferença, que são salutares ao pensamento político da justiça como equidade. Esses princípios serão estudados neste artigo, para que se perceba como o Programa Mulheres Mil consegue ser atendido dentro das perspectivas de observação das diferenças e de ações próprias.



O princípio da Igualdade considera que “[...] as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantagens para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos” (Ibidem, p. 64).

O princípio da igualdade traz, conforme visto, intrinsecamente ligado a si, dois elementos essenciais à sua conceituação: o princípio da diferença e o da equidade. Primeiramente, vê-se a necessidade da diferenciação, pois as diferenças devem ser razoáveis, ou seja, estejam de acordo com o senso de justiça. Como também a equidade, em que, de acordo com a posição social da pessoa, terá cargos acessíveis a ela, conforme a sua realidade e liberdade.

Em suma, concatenando os dois subprincípios, ou seja, realizando uma junção entre a diferença e a equidade, em que cada um receberá de acordo com a necessidade que possui, a sua posição social, conforme as diferenças apresentadas social, histórica e culturalmente.

Deste modo, aquele que possui maior poder aquisitivo, em busca da cooperação social, auxiliará os que possuem menos, a fim de que se possa viver em ordem, tocando,

desta maneira, na temática da justiça distributiva, nas palavras de Oliveira (2003, p. 17):

Para Rawls, a distribuição é efetivamente afetada pelos arranjos institucionais – proventos, riquezas e oportunidades educacionais e ocupacionais. A grande inovação deste filósofo consiste, outrossim, em fazer das desigualdades um subcaso das igualdades: se há desigualdades, estas se inserem na esfera maior das igualdades, sendo portanto aceitáveis.

Quanto ao processo metodológico deste capítulo apresenta-se as informações em dois momentos: (a) análise do princípio da igualdade em John Rawls, concatenando-o às políticas governamentais, com objetivo de acarretar possibilidade formativa e, a partir daí, um empoderamento econômico e social para as participantes; e (b) a análise dos dois subprincípios componentes do princípio da igualdade, que compõem as diretrizes das políticas governamentais.

O estudo ocorreu através de pesquisa bibliográfica, seguindo o método dialético, na medida em que não somente analisa, mas dialoga com as referências. Para além da pesquisa bibliográfica e do método dialético, que fundamentam a análise crítica das políticas públicas à luz da teoria

de justiça de John Rawls, este estudo também se valeu da observação participante como estratégia metodológica complementar. A equipe autora esteve diretamente envolvida na execução das atividades do Programa Mulheres Mil, atuando em sala de aula e acompanhando de forma próxima o desenvolvimento formativo das participantes. Essa inserção possibilitou uma compreensão mais sensível e aprofundada das dinâmicas sociais, educacionais e afetivas que permeiam o cotidiano dessas mulheres, evidenciando

as transformações provocadas pela política pública em análise.

A participação direta nas ações do programa, realizadas por meio de projeto de extensão vinculado ao Instituto Federal, permitiu não apenas o registro empírico das vivências das alunas, mas também uma experiência concreta de articulação entre teoria e prática. O contato contínuo com as estudantes revelou a potência formativa do programa enquanto instrumento de justiça social, oferecendo oportunidades reais de inclusão e autonomia a mulheres historicamente excluídas.

2. O princípio da diferença

A desigualdade é, conforme Rawls, aceitável na sociedade, desde que ela não esteja guiada por critérios subjetivos, seja de gênero, raça, credo, o que ofenderia o princípio da liberdade igual, pois não seria permitida a igualdade de oportunidades na base da sociedade, sendo garantido os “bens primários”, conforme o princípio da liberdade.

Desta forma, as desigualdades em Rawls não seriam em si um mal, mas fruto das decisões e escolhas dos cidadãos, conforme:

[...] as desigualdades sociais e econômicas associadas aos cargos e posições devem ser ajustadas de tal modo que, seja qual

for o nível dessas desigualdades, grande ou pequeno, devem representar o maior benefício possível para os membros menos privilegiados da sociedade. (Rawls, 2000, p. 48)

As desigualdades serão admitidas se resultarem em privilégio para toda a sociedade, não importando se são diferenças grandes ou pequenas, mas devem resultar em benefício ao bem comum. Mas qual seria o privilégio resultante das desigualdades?

Conforme visto, as desigualdades não podem existir se forem de índole subjetiva, mas em razão das escolhas de cada indivíduo, tendo



em vista que a liberdade possui primazia sobre a igualdade. Deste modo, a desigualdade seria justificável apenas se garantisse às classes desprivilegiadas da sociedade.

A justiça como equidade busca garantir a harmonia e a ordem por meio da cooperação social, de modo que os possuidores de melhores condições auxiliem aqueles que possuem condições inferiores, quando as desigualdades forem injustas.

De acordo com Rawls (2002, p. 112): “O princípio da diferença, entretanto, parece corresponder a um significado natural de fraternidade: ou seja, à ideia de não querer ter maiores vantagens, exceto quando isso traz benefícios para os outros que estão em pior situação”.

O princípio da diferença faz com que as desigualdades na sociedade sejam percebidas e não simplesmente aceitas ou esquecidas, sendo colocadas de lado das discussões, mas, na verdade, sejam questionadas, na medida que as desigualdades, caso injustas, devem ser combatidas, mas, se forem desigualdades justas, devem ser respeitadas.

Contudo, pode ser questionado: “qual critério pode ser utilizado para saber se a desigualdade existente pode ser justificada?” A desigualdade injustificada é aquela que parte

dos “bens primários” – (liberdade igual) – onde todos devem ter acesso igual a esses bens.

A desigualdade justificada é aquela que ocorre nos resultados das escolhas, sendo acrescida da vantagem para a parte mais fraca, ou seja, em uma mesma empresa ter um rico proprietário e vários trabalhadores que vivem somente com o salário e ser considerada tal desigualdade justificada.

Esta desigualdade, para Rawls, pode ser justificada tendo em vista as circunstâncias vivenciadas, e só será aceita se for vantajosa à classe mais fraca, no caso o trabalhador:

Suponhamos que os vários grupos pertencentes a diferentes faixas de renda estejam correlacionados a indivíduos representativos [...] Ora, digamos que aqueles que de início são membros da classe empresarial na democracia com propriedade privada têm melhores perspectivas do que aqueles que de início estão na classe dos trabalhadores não especializados. [...] De acordo com o princípio da diferença, a desigualdade é justificável apenas se a diferença de expectativas for vantajosa para o homem representativo que está em piores condições, neste caso o trabalhador representativo não especializado. (Ibidem, p. 82)

Importante ressaltar que, no pensamento rawlsiano, há necessidade de que a sociedade deve buscar a vivência harmônica, o equilíbrio reflexivo, mas como a sociedade poderia viver em ordem e harmonia com os níveis de desigualdade elevados, fazendo com que os ricos tenham pleno acesso à educação, saúde e segurança, criando classes vulneráveis, e sendo essas deixadas à míngua?

Tendo por evidência o princípio da diferença, em que as próprias relações sociais são tratadas diferentemente umas das outras, o rico proprietário, conforme o molde de entendimento político-equitativo de Rawls, terá um encargo social maior do que o cobrado do operário, a fim de garantir a este pleno acesso à saúde, educação e segurança de qualidade, conforme podemos perceber da reflexão de Felipe (2000, p. 138)

Quanto mais responsabilidade o sujeito representativo assume no processo produtivo, mais impostos são cobrados sobre o maior consumo resultante da maior renda e salários. Maior é assim a contribuição dos mais bem situados, para formar a poupança coletiva que vem [...] em socorro dos que não alcançam igual posição econômica. Assim, a verdadeira função social, a riqueza pessoal se legitima. Do contrário,

receber melhores salários, consumir produtos mais sofisticados e sonegar impostos é a receita que torna a riqueza ilegítima e o sistema que a fomenta injusto.

Extensivamente, tratando a respeito do acesso das mulheres à questão educacional e empreendedora, a obra *Estatísticas de gênero* (IBGE, 2024) realiza um estudo separando dois pontos: o empoderamento econômico e a questão da educação das mulheres no Brasil. Verificou-se que, com relação ao empoderamento econômico, em 2022, as mulheres dedicaram-se aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos aproximadamente o dobro do tempo que os homens dedicam às mesmas tarefas. Inclusive, ressalta-se a elevada jornada de trabalho quando a mulher também possui ocupação no mercado de trabalho, chegando a trabalhar 54,4 horas por semana.

Com relação à educação, percebeu-se um aumento da frequência escolar das mulheres nas séries iniciais, contudo, percebe-se que o aumento da participação se dá em mulheres mais jovens e brancas. Contrastando com a faixa de 18 a 24 anos, em que somente 32,6% das mulheres estudavam em 2022 (IBGE, 2024).

A observação das diferenças, sobretudo com relação às mulheres



em classes sociais mais baixas, é preocupante, necessitando de apoio

governamental para dirimir tais desníveis sociais e de gênero.

3. O princípio da equidade

O princípio da equidade, ou da igualdade das oportunidades equitativas, é apresentado por Rawls como sendo guiado pela virtude da “[...] igualdade equitativa (e, é bom que se diga, não meramente formal de oportunidades)” (2000, p.48), em que as posições a serem ocupadas na sociedade e os cargos devem estar disponíveis a todos, sem haver predileção a nenhum cidadão, tendo em vista que as oportunidades são iguais.

Desse modelo acima citado, contudo, acrescenta-se a expressão equitativa, pois não é uma igualdade meramente formal, mas sim materialmente constituída na realidade. Os princípios da justiça como equidade nascem de uma posição originária em que os cidadãos livres e iguais abdicam de suas necessidades particulares, a fim de escolherem o que seja de mais favorável ao convívio em sociedade.

Na medida em que as contingências da vida civil se desenrolam, surgirão desigualdades de diversos fatores, sejam sociais, econômicos, trabalhistas, organizacionais, dentre outros. Contudo, nem sempre estas desigualdades são injustas,

pois são decorrentes da própria liberdade civil e política do indivíduo, podendo, desta maneira, terem um tratamento diferenciado por parte da sociedade civil, a fim de que o tratamento entre os cidadãos seja equânime, ou seja, sejam observadas as diferenças existentes na própria contingência social:

Em todos os setores da sociedade deveria haver, de forma geral, iguais perspectivas de cultura e realização para todos os que são dotados e motivados de forma semelhante. As expectativas daqueles com as mesmas habilidades e aspirações não devem ser afetadas por sua classe social. (Rawls, 2002, p. 77)

O princípio da igualdade equitativa de oportunidades como equidade corrobora com esse entendimento, na medida em que busca “assegurar que o sistema de cooperação seja um sistema de justiça procedimentalmente puro” (Ibidem, p. 93).

Desta forma, a preocupação política de John Rawls altera-se com relação aos autores do liberalismo clássico, pois estes, enquanto buscavam legitimar um modelo de

justiça para o Estado, sendo qualificado pela abstenção frente às liberdades individuais; este coloca a justiça como um elemento derivado do próprio procedimentalismo social.

As relações entre instituições, estado e indivíduo devem estar harmonizadas em uma estrutura de cooperação social, em que tanto as liberdades individuais básicas devem ser garantidas, quanto às desigualdades injustas devem ser combatidas e as relações sociais harmonizadas, em busca de um estágio de cooperação social em que a própria sociedade seja capaz de orientar-se na realidade por esses princípios, em todos os graus de suas relações.

O que seria, na verdade, este sistema de justiça procedimentalmente puro? Rawls (2002, p. 90) afirma: “A ideia intuitiva é conceber o sistema social de modo que o resultado seja justo qualquer que seja ele, pelo menos enquanto estiver dentro de certos limites”. Deste modo, os procedimentos são orientadores para o alcance da justiça nas relações frente à sociedade.

Observando o caso concreto, a realidade fática, percebe-se que as relações em diversos casos podem apresentar desigualdades, contudo, há um certo tratamento desigual que pode ser considerado justo,

pois somente assim pode haver equilíbrio nas relações humanas.

Como, por exemplo, o rico empresário que acumula bens, preocupado somente com o seu lucro individual, não concedendo boas condições de saúde e higiene para os seus trabalhadores. Esta relação gera uma desigualdade injusta, pois há uma elevada concentração de riquezas de um lado e o descaso e empobrecimento/exploração concentrada do outro.

O referido subprincípio trata do acesso aos cargos e funções da sociedade. Esse não pode ter como qualificadora de desigualdade a cor, nem o sexo do cidadão, nem tampouco sua classe social, tendo em vista que tal igualdade é material.

Sendo assim, caso não seja um empecilho para o cargo, então não pode haver um tratamento desigual, a saber:

[...] requer que as desigualdades sociais e políticas estejam vinculadas a cargos e posições abertos a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades, esse tipo de publicidade tem relação com essa parte do princípio e recebe a proteção apropriada a tal princípio. Desse modo, os anúncios de empregos e cargos podem ser proibidos por conterem declarações que excluam candidatos de certos



grupos étnicos e raciais, ou de um dos sexos, quando essas limitações são contrárias à igualdade equitativa de oportunidades. (Ibidem, p. 421)

O primeiro exemplo, citado por Rawls, não necessita de tratamento desigual por parte de certos representantes da sociedade, pois as características supracitadas (gênero, cor, religião, classe social) não ocasionam uma desigualdade justa para alcançar um cargo ou emprego, impedindo que se concretize a igualdade de oportunidades, devendo, portanto, tal critério ser retirado.

Contudo, o que fazer diante de desigualdades justas? Será que o tratamento dado aos iguais deve ser semelhante aos desiguais?

Como o princípio é de equidade, então as relações devem ser balanceadas, necessitando de um tratamento diferenciado para os desiguais, a fim de garantir a lisura nas relações, e assim a cooperação social. Tal caso pode ser exemplificado no caso do direito à informação do direito do consumidor, em que este (a parte mais fraca na relação consumerista) necessita de informação adequada sobre o produto que está comprando, pois, na maioria das vezes, o consumidor não possui conhecimento técnico-científico para

poder avaliar se aquele produto é adequado ou não.

Destarte, deve ser assegurado que a empresa forneça as informações necessárias sobre o produto, a fim de que o consumidor não tenha prejuízos, tendo em vista que não lhe é obrigatório ter o conhecimento técnico-científico do produto, conforme o caso:

[...] pode ser proibido às empresas, ou a associações comerciais e profissionais, fazer acordos para limitar ou para não fazer esse tipo de propaganda. O legislativo pode exigir, por exemplo, que preços e informações acuradas sobre as mercadorias sejam facilmente acessíveis ao público. Essas medidas ajudam a manter um sistema competitivo e eficiente de mercados, e possibilita aos consumidores tomar decisões mais inteligentes e bem-informadas. (Ibidem, p. 423)

O tratamento desigual aqui exposto surge diante da desigualdade sensivelmente materializada na realidade, pois busca realizar a equidade de oportunidades, em que um ente mais fraco (no caso o consumidor) deve ter condições de igualdade de escolha, sabendo o que possui em determinado produto, sendo esta obrigação da empresa) e não a mera submissão (no caso a compra) perante uma empresa, que

impõe a necessidade de consumo diante de uma determinada marca pela imposição do monopólio de uma determinada mercadoria.

Contudo, caso o tratamento desigual não seja justificável, se a empresa não tiver justificativas plausíveis e razoáveis, então ele deve ser

retirado, pois atrapalhará na cooperação social, que um membro deve possibilitar ao outro a liberdade, gerando assim uma desordem social, ocasionando divergências sociais, tendo em vista que “a sociedade é interpretada como um empreendimento cooperativo para a vantagem de todos” (Ibidem, p. 90).

4. Os princípios da igualdade e da equidade observado no Programa Mulheres Mil

O Programa Mulheres Mil, instituído pela Portaria Nº 725, de 13 de abril de 2023, representa uma ação governamental que busca mitigar as desigualdades econômicas e sociais de gênero no Brasil. Ao oferecer formação educacional e profissional, o programa visa capacitar mulheres para que alcancem empoderamento econômico e exerçam plenamente sua cidadania.

O programa alinha-se de forma significativa com o princípio da igualdade de Rawls, especialmente em seus dois subprincípios:

Princípio da Diferença: em que as desigualdades são aceitáveis desde que beneficiem os menos favorecidos na sociedade. Exemplifica-se essa ideia ao direcionar recursos e oportunidades para um grupo historicamente marginalizado, buscando elevar sua posição social e

econômica. Ao proporcionar formação e qualificação, o programa cria condições para que as mulheres possam competir de forma mais equitativa no mercado de trabalho, reduzindo as disparidades de renda e oportunidades.

Princípio da Equidade: Este princípio enfatiza a importância da igualdade de oportunidades. Rawls defende que cargos e posições sociais devem estar acessíveis a todos, independentemente de gênero, raça ou classe social. O Programa Mulheres Mil contribui para esse objetivo ao oferecer oportunidades de formação e desenvolvimento de habilidades para mulheres, muitas das quais podem ter sido excluídas de tais oportunidades no passado. Ao fazer isso, o programa ajuda a garantir que as mulheres tenham uma chance justa de buscar seus objetivos e alcançar seu pleno potencial.



Além das conexões diretas com os princípios de Rawls, o Programa Mulheres Mil promove ações que se relacionam com o conceito de empoderamento feminino, a saber: a educação como ferramenta de transformação, tendo em vista que o programa reconhece o papel crucial da educação na transformação social e econômica. Ao investir na formação das mulheres, o programa lhes proporciona as ferramentas necessárias para superar barreiras, tomar decisões informadas e participar ativamente na sociedade.

A inclusão no mercado de trabalho é um outro ponto, pois busca facilitar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, reconhecendo a importância da autonomia econômica para o empoderamento. Ao adquirir habilidades e qualificações, as mulheres se tornam mais competitivas e podem buscar empregos que lhes proporcionem independência financeira e segurança.

O combate à desigualdade estrutural quando enfrenta a desigualdade de gênero em sua raiz, buscando transformar as estruturas sociais que perpetuam a marginalização das mulheres. Ao desafiar normas e estereótipos de gênero, o programa contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, o Programa Mulheres Mil representa uma aplicação prática dos princípios de Rawls, buscando promover a igualdade de gênero e o empoderamento feminino por meio da educação, formação e inclusão no mercado de trabalho.

A experiência como docente da disciplina de Ética no curso de Cuidador de Idoso, ofertado pelo Programa Mulheres Mil no IFCE campus Jaguaribe, revelou, de forma concreta, a aplicação prática dos princípios da justiça propostos por John Rawls, especialmente no que se refere ao Princípio da Diferença e ao Princípio da Equidade. A turma, composta majoritariamente por mulheres entre 30 e 50 anos, evidenciava, em suas trajetórias pessoais e profissionais, as marcas históricas da exclusão social e da desigualdade de gênero. Muitas das alunas já atuavam como cuidadoras, seja de familiares idosos ou de terceiros, em condições muitas vezes informais e precárias. Durante as aulas, ao abordarmos temas como ética, desigualdade de gênero, dupla jornada de trabalho e invisibilidade do cuidado, emergiram relatos sensíveis sobre a realidade dessas mulheres: abandono dos estudos em decorrência de gravidez precoce, impedimentos para ingressar no mercado de trabalho formal devido à sobrecarga de cuidados domésticos e experiências de violência doméstica,

tanto vividas quanto testemunhadas em seus círculos próximos.

Esse contato direto permitiu compreender como o Programa Mulheres Mil se insere como uma resposta institucional a essas desigualdades, criando, a partir da formação ética e profissional, um espaço de reconstrução de autoestima, reconhecimento e empoderamento. A vivência docente revelou que, ao oferecer acesso a saberes e práticas até então negados a essas mulheres, o programa efetivamente atua segundo o Princípio da Diferença, ao beneficiar um grupo

estruturalmente vulnerável, e segundo o Princípio da Equidade, ao garantir condições mais justas de oportunidade. A sala de aula tornou-se também um espaço de escuta, acolhimento e ressignificação, no qual o conhecimento atuou como instrumento de emancipação. A participação dessas mulheres no curso demonstrou o potencial transformador da educação em contextos de desigualdade estrutural, permitindo-lhes não apenas sonhar com novas possibilidades, mas também construir caminhos concretos de autonomia e justiça social.

5. Conclusão

Rawls tenta, no decorrer da sua obra, criar parâmetros em que a liberdade do indivíduo seja assegurada sem que isso irrompa em mera arbitrariedade, que leve o cidadão a pensar somente em si mesmo, des-toando do interesse da sociedade. Este pensamento é tão importante que as desigualdades só podem ser aceitas se garantirem o bem comum social, em que todos os indivíduos sejam beneficiados.

Para tanto, surge um outro princípio balizador da sociedade: a igualdade, que ressalta a observação das diferenças existentes, a fim de que, conforme tais desigualdades, cada indivíduo ou grupo possa ter

um tratamento diferenciado. Este tratamento diferenciado, conforme Rawls, não é nocivo à sociedade, gerando protecionismos excludentes, mas sim de modo a assegurar que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades, tendo em vista as desigualdades derivadas das contingências sociais.

O mero tratamento igual, supondo-se todos serem iguais, macula a sociedade, pois uma pessoa que vive em meio à pobreza, diante das injustiças sociais, violência, fome, merece sim um tratamento diferenciado por parte da sociedade, visando o bem comum.



Rawls projeta uma suposta “posição originária”, articulando os princípios em circunstâncias ideais e enfatizando uma sociedade hermética, que conta com a participação livre dos indivíduos, tomando como parâmetro a cooperação social, em que os cidadãos livres e iguais se auxiliam mutuamente, em que os mais ricos auxiliam os mais pobres. Enfatiza que o cidadão, enquanto imerso na sociedade, deve atuar em benefício desta.

O pensamento de Rawls surge como importante via de compreensão do Programa Mulheres Mil enquanto uma política de governo que busca diminuir as desigualdades econômicas e de gênero da sociedade brasileira, à medida que oportuniza à mulher condições de estudo e formação, fazendo com que elas sejam incluídas em âmbito formativo, para que possam ser, através da educação, inseridas no mercado de trabalho.

Referências

BRASIL. **Portaria Nº 725, de 13 de Abril de 2023**. Institui o Programa Mulheres Mil. Indicação da publicação. Brasília. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro. Página 16. Data de publicação 14 de abril. 2023. Edição 72. Seção 1.

FELIPE, Sônia. Rawls: uma teoria Ético-Política da Justiça. In: OLIVEIRA, Manfredo A. de (org.). **Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 2024.

OLIVEIRA, Nylthamar de. **Rawls**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 20 Nov. 2024.

Programa Mulheres Mil – cuidador de idoso: tessituras metodológicas no processo de ensino e aprendizagem ante o protagonismo feminino

Henriqueta Rocha de Abreu

1. Introdução

O Programa Nacional Mulheres Mil tem como objetivo central o reparo sociohistórico do respeito às diferenças constitutivas das mulheres frente à intersecção de dimensões étnica, racial, identidade de gênero, orientação sexual, geracionais, entre outras. Relançado pela Portaria nº 275, de 13 de abril de 2013, o Programa reafirma o compromisso da promoção de formação profissional e tecnológica, de maneira articulada com aumento da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2018).

Os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia compõem a rede de ensino que oferta cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com a finalidade de acesso à educação profissional por essas mulheres. Nessa direção, o IFCE *Campus Jaguaribe* ofertou o curso Cuidador de Idoso no primeiro semestre de 2024.

O público-alvo esteve composto de mulheres em diferentes níveis de escolaridade, desde o ensino fundamental à graduação. Contudo, ressaltam-se o significativo quantitativo de mulheres que se encontrava distante da formação escolar/acadêmica e a expressiva representatividade da turma atuando como cuidadora de idoso no âmbito familiar ou profissionalmente, sem possuir formação específica.

Diante do contexto, o objetivo deste relato de experiência esteve em narrar as vivências do trabalho desenvolvido na disciplina Desenvolvimento pessoal, autoestima e atividades de integração (Mapa da vida). Com carga horária de 20 (vinte) horas. O Programa de Unidade Didática (PUD) da disciplina repousou na centralidade de compreender a importância das relações humanas na família, na comunidade e no trabalho, com vistas à inserção social que dignifique as alunas como mulheres cidadãs. Conhecer aspectos de seu desenvolvimento pessoal como forma de construir/reconstruir uma autoimagem adequada para o seu crescimento nos aspectos pessoal, social e profissional; bem como, compreender a comunicação como elemento chave nas relações interpessoais na família, na comunidade e no trabalho.

Nesse sentido, a partir dos conteúdos que requeriam momentos de (re)elaboração de conhecimentos intra e interpessoais, optou-se por escolhas metodológicas que preconizassem a formação ativa *do* e *pelo* sujeito. A base pedagógico-didática concentrou-se no uso, predominantemente, de metodologias ativas que favorecessem a construção do conhecimento de forma colaborativa, reflexiva e crítica. De acordo com Suhr (2017, p. 12),

As metodologias ativas são um conjunto de propostas diversas que têm em comum o fato de se contraporem à metodologia expositiva, considerada responsável pela postura passiva e heterônoma do aluno. Objetivam levar o aluno a participar ativamente e se responsabilizar pela aprendizagem, da qual é sujeito.

Dentre as metodologias ativas de aprendizagens desenvolvidas durante as aulas da disciplina, destacam-se: *brainstorming* (tempestade de ideias), estudo de caso e aprendizagem baseada em problemas.

A técnica *brainstorming* (tempestade de ideias) consiste em listar as ideias apresentadas individual ou em grupo, podendo ser desenvolvidas, por exemplo, ao iniciar alguma temática e a partir de questionamentos. Assim as “atividades de *brainstorming* tornam-se espaço



para a criatividade para dar ideias, ouvir os outros, escolher o quê e como produzir, saber argumentar e convencer” (Moran, 2018, p.18).

O estudo de caso é uma técnica voltada para o estudo aprofundado de narrativa individual ou coletiva e que fornecerá elementos para servir de formas de pensamentos. Para YIN (1989, p. 23) “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real [...]”.

2. Metodologia

Este trabalho constituiu-se no relato de experiência de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa. Com base em observação participante durante as aulas, foram registrados momentos em que se desenvolveram metodologias ativas e que serviriam de dados para posterior estudo e análise. Para efeito de exposição dos dados coletados serão descritas 03 (três) unidades da disciplina Desenvolvimento pessoal, autoestima e atividades de integração (Mapa da vida).

A referida disciplina trilhou por 4 (quatro) unidades programáticas: 1. Desenvolvimento cognitivo e afetivo da mulher; 2. A conquista da autoestima no espaço social; 3. Motivação para aprender, empreender

A aprendizagem baseada em problemas (PBL, do inglês *problem-based learning*) empregada na busca por problematizar os temas abordados através do diálogo permanente, visa a construção de conhecimentos com foco na aplicação destes no exercício profissional. “O foco na aprendizagem baseada em problema é a pesquisa de diversas causas possíveis para um problema [...] tem como inspiração os princípios da escola ativa [...]”, segundo Moran (2018, p.16).

e transformar; e 4. O papel da comunicação nas relações interpessoais. Nessa direção, a pesquisa delimitou-se a tratar acerca desta disciplina as unidades 1, 2 e 3; por considerar com maior relevância o desenvolvimento das metodologias ativas e o protagonismo feminino.

Na unidade 1, Desenvolvimento cognitivo e afetivo da mulher, o foco esteve na percepção pessoal (autoconhecimento). O percurso metodológico, inicialmente, consistiu em responder: Quem sou eu? A resposta para a questão deveria ser uma elaboração subjetiva, enquanto ouvia a música “Alista” (Oswaldo Montenegro). Após esse momento, realizou-se a atividade Roda da vida que proporcionava a autoanálise da

dimensão pessoal, profissional, social e qualidade de vida; seguida de propostas discursivas.

E, por último, ainda enquanto objetivo da unidade de desenvolvimento da autopercepção, houve o convite para um momento intimista de autorreflexão a partir da atividade “Pronta para conhecer mais de você?”. Com o ambiente apropriado, perguntou-se: que memória você guarda? Qual o lugar das outras pessoas na sua vida? Alguém para perdoar ou pedir perdão? Qual é a sua motivação para continuar? O que espera para o futuro? O que faria se você tivesse a oportunidade de recomeçar uma nova vida? Ao final, realizou-se uma fala reflexiva retomando a pergunta inicial: Quem sou eu? e que escolhas que têm sido tomadas diante da relevância da vida.

Na unidade 2, A conquista da autoestima no espaço social, buscou-se desenvolver a compreensão da percepção do outro nas relações interpessoais. Inicialmente, na atividade “O que vejo?” Foram exibidas algumas imagens para a turma com a intenção de considerar que há possibilidades de pontos de vistas diferentes quando tomado o mesmo ponto de partida. Assim, se a imagem se tratava de um vaso ou de dois rostos, por exemplo, era para além da razão de quem defendia

seu entendimento; tornava-se relevante o reconhecimento da validade do posicionamento do outro.

O momento teórico discursivo que se seguiu enfatizou o fato de que há pessoas com posturas, atitudes, formas de ver, avaliar, amar e agir muito diferentes. Pressupostos confirmados na atividade Estudo de caso: a minha vida tem histórias que propunha a discussão em pequenos grupos acerca de 3 (três) situações: 1. desligar ou não o aparelho de uma pessoa em situação terminal; 2. gravidez na adolescência justificaria um aborto; e 3. aceitar um emprego desonesto para suprir necessidades básicas familiar.

O momento seguinte conectou-se ao entendimento elaborado anteriormente: o outro pode manifestar diferentes percepções, mas como eu vejo? Então, na sequência, apresentou-se a atividade Como me vejo? Exibiu-se o vídeo *Dove Retratos da Real Beleza*, produzido pela empresa de cosmético Dove que trata de narrativas de mulheres que têm sua autoimagem distorcida pela construção social de pretensa beleza perfeita. O momento que se seguiu foi da leitura, por algumas cursistas, de comentários reais de reação de mulheres ao vídeo exibido. Apresenta-se, aqui, o recorte de um dos comentários:



[...] As coisas que eu mais odeio em mim são; o meu nariz, altura e cabelo. Sou muito alta, tenho um corpo ridículo, o meu cabelo é cacheado, quando ele tá molhado fica bonitinho e aceitável, mas quando ele seca ele fica muito feio, com um volume muito grande, mas não é àqueles cachinhos definidos estilo afro, nem sei explicar, mas é feio, o meu cabelo tem os fios finos demais, e é muito cabelo, talvez por isso, acho o meu nariz muito gordo, e estranho [...]. (Comentário da @luarapereira7587)

Ao ler para a turma, uma cursista emocionou-se e explicou que se via na descrição realizada no comentário. Assim, oportunizando o alcance do objetivo da atividade ao se levantar o questionamento: como nos vemos? E, ainda, por que nos vemos como nos vemos? A discussão transcorreu no sentido de que há sim percepções diferentes; contudo que percepções precisam ser validadas? Nessa direção, construiu-se um painel com o título Como me vejo. Com as escritas em tarjetas, a turma foi convidada a socializar. Seguem alguns registros: *“feito girassol, seja luz para si mesmo e redescubra o seu sol”* (Maria das Candeias); *“sou muito feliz e confiante, sou amiga, sou brilho”* (Socorro); *“Tenho muita fé e não desisto fácil, persisto naquilo que eu quero”* (Sangilene).

Finalizou-se a unidade com uma fala sobre o valor que carregamos da existência única.

E por último, na unidade 3 – Motivação para aprender, empreender e transformar, desenvolveu-se a metodologia Mapa da Vida. Inicialmente, houve um trabalho de reconhecimento de identidade a partir do nome: gosto do meu nome? Qual a origem e história do meu nome? O que o meu nome representa na minha personalidade? Após esse momento, sinalizou-se sobre a relevância da vivência Mapa da vida como um guia – caminho possível de ser trilhado. O que vamos fazer aqui? agir no presente, a partir de um passado, em função de um futuro (Guia mulheres mil).

A primeira provocação esteve em refletir sobre o EU da infância. Solicitou-se o registro escrito de sentimentos e dos pensamentos emergidos a partir da escuta da música Se a criança que você foi um dia (Reverb Poesia). Destaque-se o trecho: *Ah. A criança que eu fui um dia hoje veio me visitar. Mas não se encontrou em mim. Mas não se reconheceu.* Consistiu-se em relatos das cursistas trazidos à memória do ser que acreditava no impossível como possibilidade; que guardava a inocência no sentido pleno.

No momento seguinte, refletiu-se sobre o EU adulto a partir de registros escritos provocados pela música “A estrada” (Cidade Negra). Destaque-se o trecho: *Você não sabe o quanto eu caminhei. Pra chegar até aqui. Percorri milhas e milhas antes de dormir. Eu nem cochilei. Os mais belos montes escalei. Nas noites de frio chorei, ei, ei, ei.* Houve narrativas, em sua maioria, de enfrentamento a contextos áridos e sem perspectivas. De lutas e conquistas; contudo, de adormecimento do ser mulher.

Para o momento final, solicitou-se a escrita de uma carta para o meu EU do futuro. O entendimento esteve em compreender que o futuro não deveria ser limitado pelo eu do presente tampouco determinado pelo eu do passado. O registro tratava-se da materialização acerca das expectativas que precisam ser cultivadas e, sobretudo, na descoberta e fortalecimento do protagonismo feminino em suas narrativas de vida.

3. Resultado e discussão

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo em pesquisa qualitativa visa a busca de sentido e significados. Nessa direção, organizou-se as narrativas das unidades da

disciplina Desenvolvimento pessoal, autoestima e atividades de integração (Mapa da vida) em 3 (três) categorias analíticas definidas enquanto metodologias ativas.

Categorias	Unidades	Atividades
Brainstorming (tempestade de ideias)	Unidade 2	O que vejo?
	Unidade 3	Nome como construção de identidade
Estudo de caso	Unidade 2	Estudo de caso: a minha vida tem histórias
	Unidade 3	Mapa da vida
Aprendizagem baseada em problemas	Unidade 1	Pronta para conhecer mais de você?
	Unidade 2	Como me vejo?

A categoria *Brainstorming* (tempestade de ideias) foi desenvolvida em duas unidades da disciplina.

Conforme a definição para esta metodologia ativa, segundo Moran (2018, p.18), é vista como “espaço



para a criatividade para dar ideias, ouvir os outros, escolher o que e como produzir, saber argumentar e convencer”. Na atividade O que vejo verificou-se que, a partir das imagens exibidas, houve a abertura para escuta de diferentes pontos de vista quando tomado o mesmo ponto de partida. Já na atividade do Nome como construção de identidade, houve um espaço de reconhecimento construído a partir do ouvir da origem dos nomes e das narrativas que os cercam.

A categoria Estudo de caso, definida por YIN (1989, p. 23) como “uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real [...]”, foi vivenciada na unidade 2 com a atividade Estudo de caso: a minha vida tem histórias. Na ocasião, a proposta esteve em analisar e discutir acerca de 3 (três) situações cotidianas reais; compreendendo que o outro pode manifestar diferentes

percepções, mas como eu vejo? Já na unidade 3, a atividade Mapa da vida alcançou a máxima definição de metodologia ativa Estudo de caso, quando o propósito investigativo do fenômeno é sobre sua própria narrativa de vida.

A categoria Aprendizagem baseada em problemas é definida como “pesquisa de diversas causas possíveis para um problema”, conforme Moran (2018, p.16). Esta metodologia ativa esteve presente na unidade 1 com a atividade Pronto para conhecer mais de você? que tinha por objetivo problematizar e levar a refletir acerca de questionamentos relacionados a diferentes dimensões da vida. Já na unidade 2, a atividade Como me vejo? que trazia no bojo da discussão a relevância de se problematizar os sentidos que estão se construídos em nossa formação enquanto mulheres numa sociedade de estereótipos padronizados.

4. Considerações finais

O Programa Nacional Mulheres Mil – Cuidador de idoso, em sua disposição pedagógica, reafirma a intencionalidade de formar mulheres competentes para o exercício específico que a atividade técnica exige. Contudo, há de se destacar a importância que a disciplina

Desenvolvimento pessoal, autoestima e atividades de integração (Mapa da vida) encontra nesse processo formativo: como cuidar sem primeiro se sentir cuidada?

Nessa direção, o objetivo deste relato de experiência esteve em narrar acerca das ações

desenvolvidas na referida disciplina; em que foram empregadas metodologias ativas como escolhas pedagógico-didáticas no processo de ensino e aprendizagem com fim o conhecimento e fortalecimento do protagonismo feminino.

Ao traçar as categorias de análises pautadas nas metodologias ativas, evidenciou-se as nuances do percurso formativo. O movimento de investigar as escolhas de ensino à luz do relato narrado, permitiu identificar o alcance na elaboração do conhecimento. Observou-se que a estratégia metodológica: i) tempestade de ideias possibilitou a abertura para (re)ver sob outras perspectivas, dar novos sentidos; ii) estudo de caso favoreceu o reconhecimento

da subjetividade, da identidade e da existência do outro na construção do eu coletivo; e iii) aprendizagem baseada em problemas potencializou o olhar questionador, elemento basilar para a transformação de realidades.

Considera-se que, ao analisar as atividades propostas sob a tessitura metodológica de formação ativa do sujeito, houve o favorecimento de (re)laborações de saberes da dimensão intra e interpessoal. Primeiro passo, portanto, para o autodesenvolvimento e reconhecimento das cursistas como autoras de suas próprias narrativas; enquanto mulheres que defendem o ato de cuidar da pessoa idosa como significado orgânico e integral.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Presses Universitaires de France, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. MEC. Portaria nº 275, de 13 de abril de 2013. **Programa Nacional Mulheres Mil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 08 out. 2024.

DA GAMA. **A estrada**. Banda Cidade Negra. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/cidade-negra/45268/>. Acesso em: 20 nov. 2024

Desconhecido. **A criança que eu fui um dia**. Banda Reverb Poesia. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/reverb-poesia/a-crianca-que-eu-fui-um-dia/>. Acesso em: 20. nov. 2024



DOVE BRASIL. **Dove Retratos da Real Beleza**. You Tube, acesso em: 04 abr. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ABups4euCW4>.

GUIA METODOLÓGICO DO SISTEMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO – **Guia mulheres mil**. Disponível em: <https://map.mec.gov.br/attachments/download/7217/Guia%20Metodologico.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024

MONTENEGRO, Oswaldo. **A lista**. Interprete Oswaldo Montenegro. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/oswaldo-montenegro/65521/>. Acesso em: 20 nov. 2024

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais produtiva. In: Bacich, L. Moran, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

SUHR, I. R. F. Expectativas dos alunos de cursos superiores blended learning utilizando metodologias ativas em relação à ação do professor nos momentos presenciais. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 8-25, set./dez. 2017.

YIN, R. K. **Case study research**: design and methods. Sage Publications Inc., USA.



Ensinar para transformar: a percepção docente no Programa Mulheres Mil no IFCE – campus Tabuleiro do Norte

Paulo Cicero Sousa

1. Introdução

O Brasil foi apontado, em 2023, pelo relatório *World Economic Outlook*, elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como a maior economia da América Latina. Ainda naquele ano o FMI indicou que o Brasil voltaria para o ranking das 10 maiores economias do mundo, em nono lugar, ultrapassando o Canadá. Tratam-se de dados que, vistos isoladamente, demonstram o êxito do país na área econômica. Contudo, ao contrapor esses dados econômicos com os dados sociais, é perceptível que existe um problema a ser combatido: a desigualdade social.

A desigualdade social no Brasil é um problema complexo e com raízes históricas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no terceiro trimestre de 2024, o índice de Gini da renda domiciliar foi de 0,517; e o índice de Gini da renda individual foi de 0,490. Esses valores indicam um nível de desigualdade alto na distribuição de renda entre os domicílios brasileiros. Significa que a renda não está distribuída de maneira uniforme entre as famílias,

tendo uma concentração maior nas mãos de uma pequena parcela da população.

A desigualdade social no Brasil afeta profundamente a educação das populações mais vulneráveis. O economista Simon Schwartzman destaca que “a educação brasileira reflete e reproduz as desigualdades sociais do país, oferecendo oportunidades desiguais para diferentes segmentos da população”. Essa disparidade resulta em acesso limitado a uma educação de qualidade entre os mais pobres, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social.

No estado do Ceará, localizado no nordeste Brasileiro, a desigualdade social é um problema complexo e persistente. Nos últimos anos, o estado tem alcançado avanços na educação básica, especialmente na alfabetização e no ensino fundamental, como resultado da implementação de políticas públicas, dentre elas: a criação de escolas de tempo integral; a valorização dos professores; e o acompanhamento pedagógico dos alunos.

Apesar dos avanços, o Ceará ainda figura com um índice de analfabetismo ligeiramente superior

à média da Região Nordeste, a qual, por sua vez, historicamente concentra os piores indicadores educacionais do país. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2023), a taxa de analfabetismo na região Nordeste atinge 11,7% da população, contrastando com a média nacional de 5,6%.

A estratificação por gênero revela nuances importantes. Entre a população idosa, o analfabetismo é mais prevalente entre as mulheres do que entre os homens. Contudo, na população com 15 anos ou mais, essa dinâmica se inverte, com 5,9% dos homens e 5,4% das mulheres nessa faixa etária considerados analfabetos.

Essa disparidade de gênero no acesso à educação ao longo das diferentes faixas etárias demonstra a complexidade do problema e a necessidade de ações direcionadas para grupos específicos. Nesse sentido, faz-se necessário que o estado Brasileiro implemente ações que visem a universalização do acesso à educação de qualidade com vistas à redução das desigualdades regionais e sociais e de gênero.



2. O Programa Mulheres Mil

O Programa Nacional Mulheres Mil (PMM) foi instituído nacionalmente em 2011 e é fruto dos resultados positivos gerados por uma iniciativa piloto de mesmo nome, tomada em 2007, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O programa tem o objetivo de promover a formação profissional e tecnológica, aliada à elevação da escolaridade, para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Como parte das ações do Plano Brasil Sem Miséria, o PMM orienta-se por diretrizes fundamentais, tais como: ampliar o acesso à educação; reduzir desigualdades sociais e econômicas; promover a inclusão social; defender a igualdade de gênero; e combater a violência contra a mulher. Dessa forma, busca-se não apenas capacitar profissionalmente as beneficiárias, mas também proporcionar maior autonomia

e cidadania, contribuindo para a transformação de suas realidades.

Atualmente, o PMM é regido pela Portaria MEC nº 725, de 13 de abril de 2023, e oferece cursos de Qualificação Profissional de Formação Inicial e Continuada (FIC)¹, com carga horária mínima de 160 horas. Os cursos são organizados em 12 eixos tecnológicos e abrangem diversas áreas profissionais. Para garantir a permanência das alunas, o programa prevê a concessão de auxílio transporte e alimentação desde o início do curso, sendo este custeado diretamente pela instituição ofertante e podendo ser concedido de forma pecuniária. Além disso, as instituições são responsáveis por fornecer gratuitamente todo o material necessário para a participação das beneficiárias, incluindo cadernos, canetas e material didático, assegurando, assim, condições adequadas para a formação das estudantes.

-
1. Formação Continuada: curso de qualificação profissional, em geral de curta duração, destinado ao aprimoramento ou aperfeiçoamento de competências laborais ou técnico-científicas de uma atividade ou área profissional.

Formação Inicial: curso de qualificação profissional, em geral de curta duração com no mínimo 160h, destinado a iniciação para o trabalho e ao desenvolvimento de competências básicas em uma determinada atividade ou área profissional.

3. O IFCE campus Tabuleiro do Norte

O campus Tabuleiro do Norte iniciou suas atividades em 17 de abril de 2012. Inicialmente funcionou como um campus avançado do campus Limoeiro do Norte. Sua implantação foi resultado da estratégia de interiorização do ensino técnico, buscando atender às necessidades regionais e fomentar o desenvolvimento local. Em abril de 2013, através da portaria nº 330, publicada no Diário Oficial da União, o campus Tabuleiro do Norte evoluiu ao status de campus convencional, desvinculando-se do campus Limoeiro do Norte.

Desde então, a unidade tem desempenhado um papel fundamental na qualificação profissional da população local, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região, por meio da educação técnica e tecnológica.

Cumprindo a sua função social, o campus Tabuleiro do Norte se

colocou à disposição de ofertar, a partir do PMM, o curso FIC em Recepcionista. A escolha desse curso se justifica pela acessibilidade que proporciona ao discente, já que não exige um extenso histórico educacional para atuação no mercado de trabalho. Essa característica democratiza o acesso ao treinamento, tornando-o viável a um público mais amplo.

A função de recepcionista, por sua vez, é fundamental em diversos setores, como: comércio; prestação de serviços; escritórios corporativos; e gestão pública; o que amplia as oportunidades de emprego. Para indivíduos com menor escolaridade, essa pode ser a porta de entrada para o mercado de trabalho, permitindo a aquisição de experiência, o desenvolvimento de uma rede de contatos e, futuramente, a busca por posições mais avançadas.

4. O início do programa no campus

No início do ano de 2024, foi publicado o Edital Nº 2/2024 GA-B-TAB/DG-TAB/TABULEIRO-IFCE, que regulamentou a Chamada Pública para a seleção de mulheres interessadas no Curso FIC de Recepcionista, ofertado pelo Instituto

Federal do Ceará (IFCE) – Campus Tabuleiro do Norte.

O público-alvo contemplado pelo edital incluía mulheres com 16 anos ou mais, que se encontrassem em condições de vulnerabilidade e risco social, incluindo vítimas de



violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Também foram elegíveis aquelas residentes em áreas com infraestrutura deficitária. O processo de inscrição ocorreu entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2024, na Coordenação de Controle Acadêmico do campus Tabuleiro do Norte.

Foram disponibilizadas 30 vagas para o curso, que teve duração aproximada de quatro meses, com início no dia 6 de março de 2024 e encerramento em 29 de junho do mesmo ano. As aulas ocorreram no turno da tarde, com sete unidades curriculares, totalizando 160 horas de formação. As disciplinas ofertadas foram:

- Ética e Cidadania (20h);
- Saúde e Desenvolvimento Sustentável (20h);
- Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária (20h);
- Relacionamento Interpessoal (20h);
- Informática Básica (20h);

- Comunicação e Expressão (20h);
- Técnica de Atendimento ao Cliente (40h).

Com o intuito de garantir a permanência e o sucesso das estudantes, foi estabelecido um auxílio estudantil, conforme previsto no PMM da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). As alunas regularmente matriculadas e frequentes nas aulas receberam um repasse financeiro no valor de R\$4,50 por hora/aula, totalizando R\$18,00 para um dia com carga horária de quatro horas. O pagamento foi realizado por meio de crédito em conta bancária vinculada ao nome da estudante, por meio de ordem bancária.

A implementação desse curso representou uma estratégia relevante para a promoção da inclusão social e da autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, objetivando sua inserção no mercado de trabalho e contribuindo para a melhoria de suas condições de vida.

5. Dados demográficos das alunas

Os dados apresentados neste artigo foram captados por meio dos formulários de inscrição das alunas.

A indicação das candidatas foi realizada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da

Prefeitura de Tabuleiro do Norte. No total, 60 mulheres se inscreveram para o curso de recepcionista, porém, apenas 30 foram selecionadas, com base nos critérios estabelecidos em um barema disposto no edital de seleção. A partir desse barema, foi possível extrair informações detalhadas sobre o perfil socioeconômico das alunas.

Os dados coletados revelam que a maioria das alunas reside na zona urbana (19), enquanto 11 vivem na zona rural. Em relação à faixa etária, a maior parte tem entre 29 e 39 anos (14 alunas), seguida pelo grupo de 16 a 28 anos (9 alunas) e, por fim, 40 a 65 anos (7 alunas). Essa distribuição etária indica uma predominância de mulheres em idade produtiva, que buscam capacitação para inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

A diversidade racial também se faz presente no Programa. 22 alunas se identificaram como pardas, 7 como brancas e 1 como preta. Além disso, todas as participantes se identificam como mulheres cisgênero. Esses dados ressaltam a importância do programa na promoção da inclusão e no atendimento a grupos que, historicamente, enfrentam dificuldades no acesso à qualificação profissional.

Outro aspecto relevante é a situação socioeconômica das alunas. Vinte participantes declararam receber benefícios do governo, enquanto 8 não possuem nenhuma fonte de renda e 2 trabalham de maneira informal. Quanto à renda familiar, 13 alunas informaram não ter renda, 11 possuíam renda entre R\$330,00 e R\$660,00, e apenas uma declarou renda inferior a R\$330,00. Esses números evidenciam a vulnerabilidade econômica das beneficiárias e reforçam a necessidade de programas de capacitação que possibilitem novas oportunidades de trabalho e autonomia financeira.

A partir da análise desses dados, foi possível traçar um perfil médio das alunas do programa, representando-o por uma “persona fictícia”. O conceito de persona é amplamente utilizado no marketing digital para representar um público-alvo específico e orientar estratégias de comunicação. Segundo Cooper (1999),

Personagens fictícios baseados em dados reais, utilizadas para representar os diferentes perfis de usuários de um produto ou serviço. Essa técnica visa auxiliar designers e desenvolvedores a entenderem melhor as necessidades e comportamentos dos usuários, permitindo a criação de soluções mais alinhadas às expectativas do público-alvo.



No entanto, para este estudo, o conceito foi utilizado sem o viés do consumidor, mas como uma técnica para sintetizar as informações coletadas e proporcionar uma visão geral das alunas do programa. Assim, a aluna típica do Mulheres Mil é Maria Silva, uma mulher parida, de 34 anos, residente na zona urbana de Tabuleiro do Norte. Ela é mãe solo, sem renda fixa, e depende de benefícios do governo para sustentar sua família. Seu principal desafio é a falta de qualificação profissional, o que dificulta sua entrada no mercado de trabalho. Motivada

pelo desejo de melhorar sua condição financeira e garantir um futuro melhor para seus filhos, Maria vê no PMM a oportunidade de se qualificar como recepcionista e conquistar sua independência financeira.

O PMM atuou diretamente na vida dessas mulheres, oferecendo-lhes a possibilidade de melhorar sua qualificação e, consequentemente, suas condições de vida. Iniciativas como essa são fundamentais para garantir a inclusão de grupos vulneráveis e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

6. A participação dos docentes

A participação dos docentes no programa teve um papel fundamental na qualificação e no desenvolvimento das alunas. Os professores enfrentam desafios específicos ao lecionar para um público composto majoritariamente por mulheres em situação de vulnerabilidade social, muitas das quais com uma trajetória escolar interrompida. Nesse contexto, é essencial que as estratégias pedagógicas adotadas sejam adaptadas para facilitar a aprendizagem, levando em consideração as dificuldades enfrentadas por essas alunas, como a conciliação entre estudos, trabalho e responsabilidades familiares.

Além das estratégias metodológicas, a percepção dos docentes sobre o ensino para esse público também é um aspecto relevante a ser analisado. O envolvimento com a realidade das alunas pode influenciar diretamente na dinâmica das aulas, na motivação das estudantes e nos resultados alcançados ao longo do curso. Para compreender melhor essa perspectiva, foi solicitado aos professores do PMM que respondessem a um questionário, utilizando o *Google Forms*, com a intenção de captar suas percepções sobre os desafios e potencialidades do ensino voltado a esse grupo específico.

7. O resultado das pesquisa

A participação dos docentes no Programa Mulheres Mil foi essencial para a qualificação das alunas; e os desafios enfrentados exigiram adaptações metodológicas significativas. Dos quatro professores entrevistados, metade já possuía experiência prévia com ensino para públicos em situação de vulnerabilidade social, enquanto a outra metade enfrentou essa realidade pela primeira vez. Todos os docentes relataram a necessidade de modificar suas abordagens pedagógicas, adotando estratégias mais acessíveis, como: metodologias ativas; estudo de casos; atividades colaborativas; e oficinas práticas. Além disso, a utilização de linguagem simples e visual, bem como o incentivo à participação ativa das alunas, foram apontados como fatores essenciais para o sucesso do ensino.

Os principais desafios identificados pelos professores foram: a baixa afinidade tecnológica das alunas; a dificuldade de algumas em manter a frequência regular; e, por último, a conciliação dos estudos com responsabilidades familiares. A falta de familiaridade com computadores e recursos digitais foi um obstáculo importante, exigindo paciência e estratégias alternativas para garantir a assimilação do conteúdo. Além

disso, a desmotivação inicial de algumas alunas, somada ao acúmulo de tarefas domésticas e à necessidade de gerar renda, comprometeu a continuidade de algumas participantes no curso. Outro aspecto relevante foi a necessidade de equilibrar proximidade e empatia, mantendo a disciplina e o compromisso das estudantes com o aprendizado.

Além dos desafios pedagógicos, os professores também relataram dificuldades em motivar algumas alunas para que enxergassem o curso como uma oportunidade de crescimento profissional, e não apenas como um meio para obtenção do auxílio financeiro oferecido. Alguns docentes perceberam que, no início do curso, certas alunas demonstravam baixa valorização da formação, mas que, com o tempo, essas passaram a compreender a importância do conhecimento adquirido, para sua autonomia e inserção no mercado de trabalho. O esforço dos professores em criar um ambiente acolhedor e estimulante foi fundamental para mudar essa percepção, e incentivar a continuidade dos estudos. Como resultado desse engajamento, algumas alunas, inclusive, decidiram continuar seus estudos e conseguiram ingressar no curso técnico em Administração do IFCE,



campus Tabuleiro do Norte, provando o impacto positivo do programa na ampliação de horizontes educacionais e profissionais.

Apesar das dificuldades, os docentes relataram percepções positivas sobre o impacto do programa, principalmente no que se refere à autoestima e motivação das alunas. Todos os professores notaram mudanças significativas ao longo do curso, observando alunas que inicialmente demonstravam insegurança e pouca interação,

tornarem-se mais participativas e confiantes. Pequenos avanços, como maior envolvimento nas aulas e busca ativa por oportunidades de trabalho, demonstram que a experiência educacional no Mulheres Mil vai além da formação técnica, promovendo também um fortalecimento pessoal e social. Essas percepções reforçam a importância de um ensino humanizado e acessível, que considere as especificidades desse público e contribua efetivamente para sua transformação profissional e pessoal.

8. Considerações finais

O Programa Mulheres Mil no IFCE – Campus Tabuleiro do Norte demonstrou ser uma iniciativa fundamental para promover a inclusão educacional e profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Através da formação técnica, aliada ao desenvolvimento pessoal, o programa possibilitou que as alunas adquirissem novos conhecimentos, ampliando suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho. Os dados analisados revelam que a maioria das participantes possui uma trajetória educacional fragmentada, resultado do enfrentamento aos desafios relacionados à renda, à conciliação de responsabilidades e à autoestima, fatores que devem reforçar a

importância das ações direcionadas a esse público.

A atuação dos docentes foi essencial para que as alunas pudessem superar as dificuldades de aprendizagem. A necessidade de adaptação das metodologias de ensino, a abordagem humanizada e o incentivo constante foram determinantes para garantir a participação ativa das alunas. Além disso, os desafios relatados pelos professores, como a baixa afinidade tecnológica das alunas e a dificuldade de manter a frequência, indicam que futuras edições do programa podem ser aprimoradas, com suporte adicional, como capacitações tecnológicas e acompanhamento individualizado.

Um ponto que merece atenção é a percepção dividida entre os docentes sobre a efetividade do programa na inserção das alunas no mercado de trabalho. Metade dos professores entrevistados acredita que o Mulheres Mil pode contribuir significativamente para essa inserção, enquanto a outra metade tem dúvidas sobre sua real eficácia nesse aspecto. Essa divergência indica a necessidade de estudos futuros que avaliem o impacto concreto do programa na empregabilidade das participantes, considerando fatores relacionados ao acompanhamento das egressas e ao estabelecimento de parcerias institucionais que facilitem na transição para o mercado de trabalho.

Dessa forma, o Programa Mulheres Mil reafirma seu papel como uma estratégia de inclusão e empoderamento feminino, promovendo oportunidades concretas para mulheres que historicamente enfrentam barreiras ao acesso à educação e ao trabalho. Para garantir a continuidade e a ampliação desse impacto, é recomendável que o programa invista em parcerias com empresas e órgãos públicos; desenvolva ações de acompanhamento às egressas; e explore novas metodologias, a fim de tornar o ensino ainda mais acessível e eficaz. Com isso, será possível consolidar a iniciativa como um mecanismo efetivo de transformação social e econômica para mulheres em vulnerabilidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 73, Seção 1, p. 1-4, 14 abr. 2023.

COOPER, Alan. **The Inmates Are Running the Asylum**: Why High-Tech Products Drive Us Crazy and How to Restore the Sanity. Indianapolis: Sams, 1999

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Desigualdade de renda. Carta de Conjuntura, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/desigualdade-de-renda/>. Acesso em: 19 de março de 2025.

PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). 2023. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

Trajetória do Programa Mulheres Mil no IFCE: educação e empoderamento feminino

Maria Denise Nunes Rodrigues
Flaviana Damasceno Moreira
Francisca Flávia Plutarco Lopes dos Santos
Hellenvivian Lima Alcantra
Patricia Fernandes de Freitas

1. Aspectos introdutórios e metodológicos

O Programa Mulheres Mil é uma iniciativa do Governo Federal, visando promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Surgiu no ano de 2007, com o objetivo principal de oferecer formação profissional e educação, proporcionando conhecimentos às participantes, que possibilitem inserção qualificada no mundo do trabalho ou o fortalecimento de seus empreendimentos.

O Programa Mulheres Mil, política direcionada às mulheres classificadas em situação de vulnerabilidade social, apoia-se nas diretrizes de oportunizar o acesso à educação formal, a fim de contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres, e, assim promover a inclusão social, fomentar a igualdade de gênero, e, combater a violência contra a mulher, com o reconhecimento, por essas, de sua capacidade de exercer um protagonismo feminino em suas famílias e comunidades (MELO).

Instituído pela Portaria Nº 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – está inserido no Plano Brasil sem Miséria, e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional destas mulheres.

Após onze anos sem sua oferta, em 2023 tivemos a retomada desse Programa por meio da Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023 revivendo o seu propósito de proporcionar formação profissional e tecnológica, articulada com elevação de escolaridade e a inclusão socioproductiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Dentre os objetivos voltados para as mulheres em situação de vulnerabilidade social destacam-se: estimular a inclusão educacional, produtiva e social, possibilitando o acesso à educação profissional e tecnológica, por meio da oferta de curso de formação inicial e continuada com carga horária mínima de 160 horas; e capacitar técnica e pedagogicamente equipes multidisciplinares integrantes do Programa no domínio da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil.

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo geral apresentar o cenário histórico do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará – IFCE, entre os anos de 2013 e 2014, e, posteriormente, do ano de 2023 ao ano de 2024, quando o Programa é retomado como parte da Linha de Fomento do Bolsa-Formação – Programa Mulheres Mil, que conta com estrutura financeira de pagamento de bolsas para a equipe envolvida, e prevê assistência estudantil voltada ao custeio de transporte e alimentação.

A constituição deste trabalho é fruto de: revisão bibliográfica de textos acadêmicos; de análise documental; e de relatórios técnicos. É também orientado por uma abordagem qualitativa, histórica e reflexiva, analisando os períodos selecionados à luz de uma visão crítica, resultado de diálogos com as estudantes e com profissionais do IFCE que acompanharam o programa, realizado nos municípios de Acopiara, Boa Viagem, Camocim, Caucaia, Cedro, Crateús, Guarimiranga, Iguatu, Jaguaribe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Mombaça, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Umirim.



Segundo Gil (2017), a pesquisa documental se fundamenta em analisar documentos, como arquivos e dados de instituições. Neste capítulo, os materiais utilizados não receberam um tratamento analítico anterior, ou seja, são considerados documentos “de primeira mão”, e colhidos a partir de fontes diversas, cabe destacar também que a análise de documentos permite a utilização de uma rica fonte de dados, que poderão subsidiar o levantamento do material sobre o Programa Mulheres Mil.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a documentação direta é

levantada pelo próprio local em que o fenômeno ocorreu, tendo como objetivo obter informações e/ou conhecimentos sobre algo, e para fins de comprovação.

Durante a realização dos ciclos 1 e 2 do Programa, no ano de 2024, aplicou-se um formulário de avaliação com 47 perguntas, fechadas e abertas, aos gestores locais do Programa Mulheres Mil do IFCE nos *campi*, abordando o desenvolvimento do Programa, como também a compreensão acerca do perfil das mulheres atendidas.

2. Programa Mulheres Mil no IFCE: contextualização do Programa Mulheres Mil e o entrelaçamento com as questões de gênero

As mulheres, ao longo de sua história, exercem uma jornada tripla de ocupações que, muitas vezes, impedem-nas de acessar direitos importantes como a educação. O Programa Mulheres Mil destaca-se por reinserir mulheres em situação de vulnerabilidade e riscos sociais no espaço educacional. Este programa intercambia a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, possibilitando caminhos para a verticalização do ensino e para a inserção no mundo do trabalho.

A multiplicidade dos conteúdos que o Programa propõe envolve as mulheres em assuntos que, além de educação e trabalho, tratam de questões que contribuem para a elevação da autoestima, para a saída de situações de violência doméstica e conhecimento sobre seus direitos.

Nessa linha, trago a questão do ser mulher numa sociedade marcada pela tríade, à qual Saffioti (1987) vai nomear de “patriarcado-racismo-capitalismo”. Nesta lógica, não por acaso, a medula

espinhal da discussão à qual daremos corpo repousará sobre esta tríade. (MELO, 2019, p. 29).

O Programa Mulheres Mil atua em meio às contradições de uma sociedade capitalista, machista, racista e homofóbica, sendo uma tarefa árdua para a equipe trazer perspectivas de esperança e futuro para as mulheres. Mas, em meio às problemáticas sociais e as contradições da sociedade capitalista, percebe-se claramente as transformações que ao longo das ofertas dos cursos foram acontecendo.

É perceptível, quase tangível, que pela visão dessas mulheres o programa foi uma experiência inesquecível em suas vidas, mesmo que a política não tenha sido hábil em atingir suas metas, para estas mulheres, que têm tão pouco ou quase nada, a quem lhe são negadas a cidadania, participar do Programa Mulheres Mil foi agente transformador para elas, não importa que não tenham conseguido ser inseridas no mercado ou que continuem em situações de gerir sua sobrevivência a cada dia e sem o amparo social que o Estado deveria lhes proporcionar [...] (MELO, 2019, p.215).

A divisão sexual de gênero é limitante, e esta é a primeira barreira que projetos para mulheres enfrentam. A mulher sair de casa; entender que ela tem potencialidades; e que precisa constituir outras possibilidades de aprendizagens e de sonhos, é também evocar uma luta anticapitalista. O capitalismo e o racismo estão na raiz da subalternização feminina. Mulheres pobres e negras são ainda mais exploradas e violentadas.

A não valorização do trabalho faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não construindo, portanto, a identidade da sua classe. Isso faz com que algumas mulheres se acomodem, não se organizem e nem participem politicamente das lutas de classe da classe trabalhadora. (CISNE, 2012, p. 114).

O programa é, portanto, um amparo às mulheres participantes, servindo de degrau para suplantar barreiras de gênero e, também, as determinações da sociedade, acerca do único espaço que elas podem ocupar. Elas ampliam sua visão de mundo, conhecem seus direitos e começam a romper ciclos históricos de violências.



3. Perfil dos cursos

Compreender o perfil do curso ofertado no âmbito do Programa Mulheres Mil no IFCE é essencial para contextualizar as estratégias pedagógicas, os conteúdos curriculares e os objetivos formativos que orientaram sua implementação. As características estruturais e metodológicas dos cursos ofertados, considerando sua adequação às demandas do público-alvo e às diretrizes do programa e sua contribuição para a promoção da inclusão educacional e do empoderamento feminino nas diversas regiões atendidas são fundamentais para a qualidade da formação.

As propostas de curso FICs ofertadas buscam se pautar numa proposta metodológica de ensino para mulheres em situação de vulnerabilidade sensível, pautada na inclusão e foco na autonomia dessas mulheres. Uma metodologia que leva em consideração os desafios específicos que essas mulheres enfrentam, a saber; a baixa escolaridade, violência de gênero, dificuldade de acesso à internet, jornadas múltiplas de trabalho e cuidado, entre outros, ou

seja, é necessária uma abordagem focada no cuidado, diálogo e acolhimento e a construção coletiva do conhecimento, aspectos evidenciado no Projeto Pedagógico dos Cursos – PPC enviados à Pró – Reitoria de extensão do IFCE para registros no sistema acadêmico.

Os conteúdos curriculares propostos têm como base a formação cidadã, abordando temas como cidadania, gênero e direitos da mulher, ética e relações humanas, noções de biossegurança, saúde da mulher, qualidade de vida, segurança alimentar e nutricional, oratória, expressão corporal e verbal. Incluem ainda a recomposição de conteúdos básicos de leitura e produção de texto aplicados ao curso, matemática aplicada e noções de educação financeira e inclusão digital. A formação contempla também a qualificação profissional e tecnológica, conforme o curso a ser ofertado.

A seguir, apresentamos os campi e os cursos ofertados nos anos de 2013 e 2014, conforme Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Cursos ofertados nos campi pelo Programa Mulheres Mil (2013 e 2014)

Campus	Curso Ofertado
Canindé	Qualificação básica em corte costura e Recepcionista
Crateús	Culinária Básica e Inclusão Digital
Fortaleza	Manipulação de Alimentos
Iguatu	Panificação, Salgadeira e Qualificação básica em corte costura
Jaguaribe	Salgadeira
Limoeiro do Norte	Culinária
Morada Nova	Salgadeira
Quixadá	Manipulação de Alimentos e de Merendeiras.

Fonte: Dados da Proext, 2014

Qualificaram-se, nesse período, cerca de 750 mulheres. Os docentes participantes atuaram nas seguintes áreas: Educação Ambiental, Informática, Manipulação de Alimentos e HST, Empreendedorismo, Introdução ao Mundo do Trabalho, Saúde da Mulher e Relações Interpessoais e Autoestima, Direitos Sociais, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Geografia, Nutrição, Filosofia, Economia, História, Informática, Tecnóloga em Alimentos técnicos administrativos, das seguintes áreas: Enfermagem, Pedagogia, Serviço Social, Nutrição, Jornalismo, Letras, Padeiro, Psicologia, Análise de Sistemas, Assistente Administrativo. Também se contou com a

participação de estagiários/as e bolsistas das seguintes formações: Curso Técnico de Música, Informática Básica, Curso Técnico de Segurança do Trabalho, Técnico em Desenvolvimento Social e técnicos administrativos das áreas de Comunicação Social, Psicologia e Serviço Social.

Em 2023, com a retomada do Programa, o IFCE foi contemplado com 720 vagas, distribuídas em 24 campi, executadas no primeiro semestre de 2024, conforme a *expertise* dos campi, alinhado ao arranjo produtivo local. A distribuição dos cursos ocorreu conforme a Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Cursos ofertados nos campi pelo Programa Mulheres Mil – 2024.1

Campus	Curso Ofertado (Guia do Curso PRONATEC)
Acopiara/Maracanaú	Eletricista instalador predial de baixa tensão
Boa Viagem	Agricultor Familiar
Camocim/Horizonte	Microempreendedor Individual (MEI)
Caucaia	Agente de Microcrédito
Cedro/Jaguaruana	Operadora de Computador
Crateús/Tianguá	Agente de Alimentação Escolar
Guaramiranga/ Itapipoca	Assistente Administrativo
Iguatu/Morada Nova	Produtor de Frutas e Hortaliças Processadas pelo Uso de Calor
Jaguaribe	Cuidador de Idoso
Limoeiro do Norte	Agricultor Orgânico
Mombaça	Assistente Financeiro
Paracuru	Marisqueiras
Pecém	Alimentadora de Linha de Produção
Quixadá	Agente de segregação e coleta de resíduos sólidos
Sobral	Salgadeira
Tabuleiro do Norte	Recepcionista
Tauá	Produtor de Derivados do Leite
Umirim	Floricultor

Fonte: Dados da Proext, 2024.

Nesse Ciclo, chamado de Ciclo 1, 94% receberam a certificação pela conclusão do curso, ou seja, 676 mulheres no total, contando com o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por 52 servidores técnicos administrativos das áreas da pedagogia, saúde e administração, e 196 docentes com competências

nas temáticas: Cidadania, Gênero, Ética e Relações Humanas; Noções de Biossegurança, Saúde da Mulher, Qualidade de Vida, Segurança Alimentar e Nutricional; Inclusão Digital voltada para o Exercício da Cidadania; Noções de Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária. Direitos e Deveres da

Trabalhadora; Leitura e Produção de Texto aplicados ao curso Oratória, Expressão Corporal e Verbal; Matemática Aplicada e Noções de Educação Financeira. Além da temática do eixo profissional conforme a habilitação exigida na formação do curso ofertado.

No ano supramencionado, houve ampliação das vagas, permitindo um novo ciclo, chamado Ciclo 2. Nesse momento, o IFCE foi contemplado com 300 vagas. Nessa etapa, foram contemplados os campi que tiveram maior demanda, alto percentual de permanência e conclusão do curso, considerando, também, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município. Foram selecionados 10 campi para o Ciclo 2, com reoferta dos cursos nos campi de: Cedro, Crateús, Itapipoca, Maracanaú, Paracuru, Pecém, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte e Tianguá.

Ainda no ano de 2024, o IFCE conseguiu ampliar suas vagas, para atuar com novos ciclos para o ano de 2025. O ciclo 3, portanto, iniciou-se no primeiro semestre de 2025. Nesse ciclo, apesar de terem sido solicitadas 1.740 vagas, foram destinadas apenas 716 vagas, distribuídas

em 23 campi: Acopiara, Aracati, Boa Viagem, Camocim, Caucaia, Cedro, Crateús, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Mombaça, Paracuru, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tianguá e Umirim.

O programa Mulheres Mil, no decorrer de sua realização, tem ofertado uma diversidade de formações e conseguido envolver profissionais de diferentes áreas, num processo multidisciplinar para atender às variadas demandas das mulheres. Além disso, o programa tem alcançado mulheres em diversas regiões do Ceará, promovendo a democratização do acesso à educação de qualidade. Dessa forma, busca contribuir para a inclusão social, o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades educacionais no estado. Isto é perceptível nos depoimentos das mulheres, [...] *O curso Mulheres Mil é um curso completo. Nele aprendemos os direitos da mulher, ética profissional, ética moral, desenvolvimento social, praticidade nos negócios e como manter nosso próprio negócio.* (Lua, 2014).

4. Perfil das participantes do programa no IFCE

Para compreender melhor o alcance do Programa no âmbito do

(IFCE), apresentamos o perfil socioeducacional das participantes. Esse

levantamento oferece subsídios para se refletir sobre as desigualdades estruturais que atravessam seus trajetos formativos. A seguir, apresentamos um recorte dos dados

referentes ao período de 2013 e 2014, e ao ano de 2024, com o intuito de evidenciar as características predominantes das mulheres atendidas durante esse período:

Tabela 1 – Nível de escolaridade das discentes em 2013 e 2014.

Sem Escolaridade	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Total
07	220	96	99	288	03	01	714

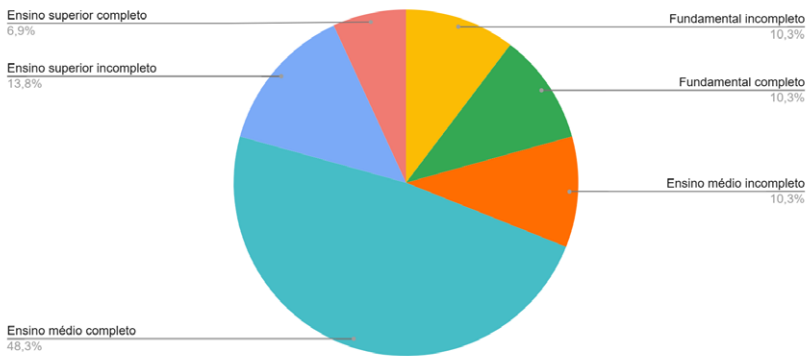
Fonte: Dados da Proext, 2014.

Vimos que a maioria das mulheres atendidas no Ceará, naquele interstício, ou estavam com a escolaridade muito baixa – entre fundamental incompleto e completo (316) – ou já possuíam o ensino médio completo (288). o fato se deve às diferenças socioculturais e educacionais das regiões em que atuamos,

atendendo desde mulheres da zona rural até as da zona urbana.

A oferta do Programa Mulheres Mil, no ano de 2024, atendeu 780 mulheres beneficiadas. Quanto ao nível de escolaridade, verificou-se o que se apresenta no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Nível de escolaridade das discentes.



Fonte: Dados da Proext, 2024.

Destacamos um perfil de escolaridade dessas mulheres, que possuíam o ensino médio completo. Reforçando um cenário semelhante,

com um pouco de melhora de acesso à educação, ao perfil das mulheres beneficiadas em 2013.

Tabela 2 – Faixa etária das discentes em 2013 e 2014.

17 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 58 anos	59 anos	Total
43	213	248	163	55	06	728

Fonte: Dados da Proext, 2014.

Quanto à questão da idade, a maior parte das mulheres beneficiadas com o Programa no IFCE, encontrava-se na faixa etária de 21 a 40 anos. Ou seja, uma fase em que as mulheres consideram-se fora do mercado formal de trabalho, devido às marcas históricas do patriarcado, impondo a ideia de que as mulheres devem apenas casar e cuidar dos seus lares. Ainda pelo levantamento de expectativas e avaliações do Programa, nos anos de 2013 a 2014, vimos que a maioria das estudantes

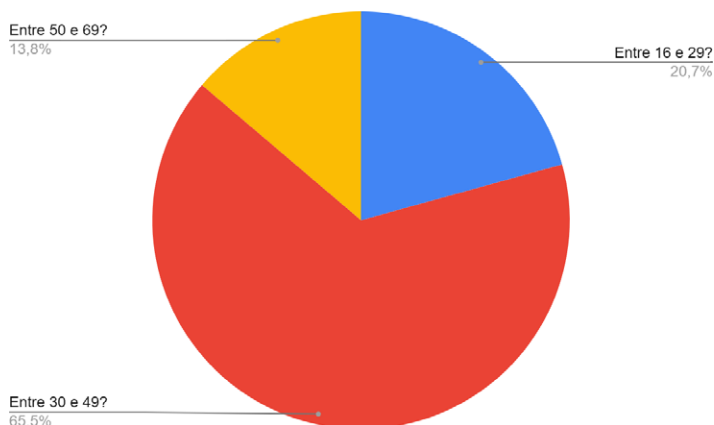
avaliava todos os pontos do Programa como ótimo.

Dentre os depoimentos enviados pelos campi à época, destacamos: *“Foi um sonho porque nunca fiz curso de nada. Fiz amizades, a escola é ótima. Todos os instrutores eram muito atenciosos com as alunas, passando assim todo o conteúdo necessário.”* (Sol, 2013).

A faixa etária da maioria das beneficiadas em 2024 encontrava-se entre 30 e 49 anos, conforme Gráfico 2:



Gráfico 2 – Faixa etária das discentes



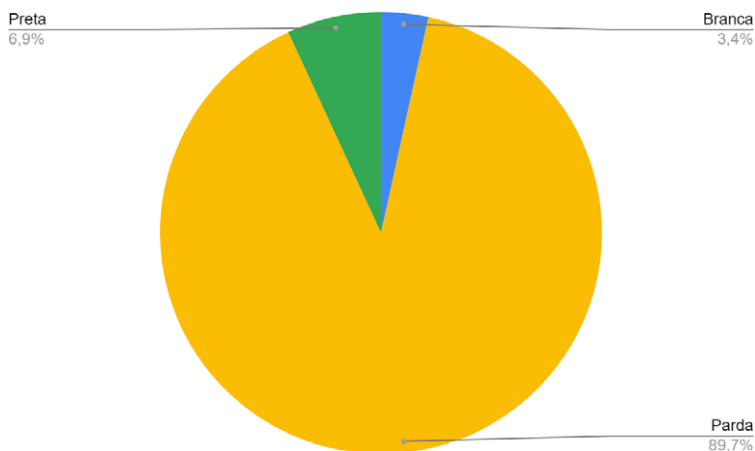
Fonte: Dados da Proext, 2024

Esses dados refletem o cenário, ainda persistente, em que as mulheres acabam abrindo mão dos estudos por conta dos afazeres domésticos. Muitas alegaram cuidar dos filhos e não terem como dedicar-se aos estudos. Além de serem arrimo da família, vivendo de benefícios

sociais e trabalhos informais, como doméstica/diarista, para sustentar a família.

Sobre raça/cor, quando questionadas, observamos que, na sua maioria, as mulheres autodeclararam-se pardas, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Sobre raça/cor das discentes



Fonte: Dados da Proext, 2024

Ao longo dos anos do Programa, observamos que a maioria das mulheres beneficiárias são negras (pretas e pardas). Este grupo de mulheres são as que mais sofrem violência no Brasil e as que têm menos acesso à educação e ao mercado de trabalho.

No que diz respeito ao marcador social de raça/cor, mulheres negras (41,9%) – somatória de pretas e pardas – registraram prevalência superior de vitimização do que as mulheres brancas (37,8%). Ao desagregar a categoria negra, é possível observar que as mulheres pretas (44,3%)

apresentaram maior exposição à violência do que as pardas (40,8%). (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

Os fenômenos da violência, do racismo, das desigualdades sociais e de gênero estão presentes nas turmas que ofertamos no Programa. Contudo, o processo para as mulheres denunciarem situações como essas, ou mesmo para se identificarem como pretas, por exemplo, leva um tempo, havendo a necessidade de ampliarmos os trabalhos sobre letramento racial, sobretudo dentro do Programa.



5. Resultados e impactos

Ao longo do curso, as participantes têm amparo a seus anseios e a possibilidade de vivenciar uma transformação para além da aquisição de conhecimentos técnicos. Há o fortalecimento da autoestima e a superação de desafios emocionais e pessoais. Ainda temos aquelas que, após o término da formação, conseguiram superar obstáculos e adquirir, além de uma atuação profissional, a continuação dos estudos. O impacto é perceptível, não somente quanto à capacitação, mas também ao empoderamento.

Percebemos que as disciplinas “Mapa da Vida” e “Direitos Sociais” contribuíram significativamente, para imprimir nas mulheres uma percepção crítica sobre si e sobre a sua realidade, possibilitando-lhes uma compreensão sobre seu papel na sociedade e nos múltiplos papéis que assumem. Conscientizaram-se acerca da jornada árdua que já passaram, e sobre o que ainda precisarão enfrentar, para acessarem um trabalho que as leve a uma vida autônoma.

Tivemos conquistas marcantes no campo acadêmico, integrantes da equipe do programa elaboraram dissertações sobre as desigualdades de gênero a partir da vivência com o Programa Mulheres Mil.

Assim, o programa integrou satisfatoriamente o ensino, a pesquisa e a extensão, num processo de comprometimento social.

A instituição também realizou articulações significativas com órgãos das esferas estadual e municipal, bem como com entidades do setor privado. Como resultado dessas parcerias, foram viabilizadas diversas ações, tais como o fornecimento de transporte, a realização de visitas técnicas e a oferta de orientações voltadas à inserção no mercado de trabalho.

No IFCE, em todas as edições do Programa Mulheres Mil, florescem resultados que vão além de números. O Programa impulsiona a verticalização do ensino; um desenvolvimento do protagonismo feminino, ajudando as alunas a saírem de situações de exploração e violação de direitos. As mulheres têm concluído as turmas mais autônomas, e buscando sua liberdade, a fim de encontrarem-se consigo mesmas e poderem sonhar com outras perspectivas de vida.

No que diz respeito à formação para atuar nas ações de gênero e políticas inclusivas na educação, o Programa contribuiu para que as equipes locais se mantivessem

informadas sobre questões nacionais, oportunidades de cursos, participação em eventos e realização de publicações, de modo que os/as profissionais pudessem ter subsídios teóricos e técnicos para o desenvolvimento das atividades.

O Programa Mulheres Mil alcançou ampla capilaridade nas

articulações institucionais, dando palco a questões pautadas pelas mulheres e com as mulheres. A seguir apresentamos registros de vários momentos vivenciados por parte das mulheres que tiveram a oportunidade de experienciar as ações proporcionadas pelo Programa Mulheres Mil no IFCE.

Foto 1 – Produção de música na aula de direitos sociais do campus de Fortaleza.



Fonte: arquivos da Proext (recebidos dos campi), 2013-2014.

Foto 2 – Aulas campus Morada Nova.



Fonte: arquivos da Proext, 2013-2014.

Foto 3 – Dia da Mulher Campus Fortaleza – ETERNIZADAS!!!!!!!!!!!!



Fonte: Fotógrafo Costa do campus Fortaleza, arquivos da Proext, 2013.

Foto 4 – Aula inaugural campus Quixadá.



Fonte: arquivos da Proext (recebidos dos campis), 2013-2014.

Foto 5 – Aulas práticas no Campus de Iguatu.



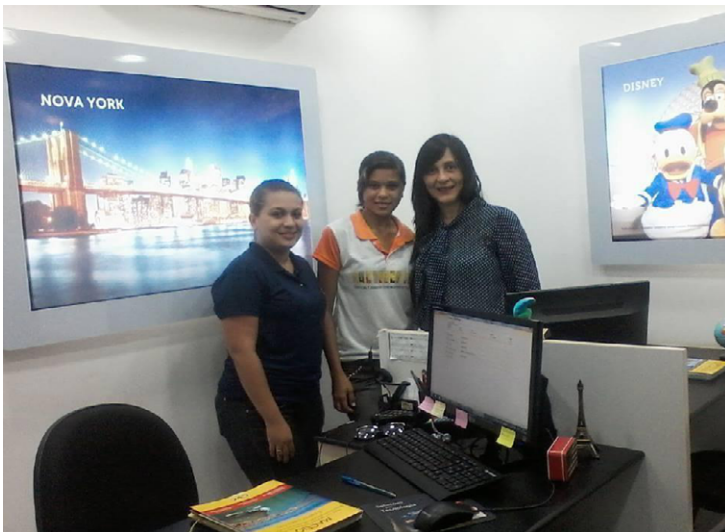
Fonte: arquivos da Proext, 2014.

Foto 6 – Aula Inaugural 2013.1 Campus Fortaleza.



Fonte: arquivos da Proext (recebidos dos campi) 2013-2014.

Foto 7 – Prática profissional em Recepção de empresas.



Fonte: arquivos da Proext (recebidos dos campi) 2013-2014.

Foto 8 – Visita à Casa da Mulher do curso Operador de Resíduos Sólidos IFCE Campus Quixadá.



Fonte: Arquivos da Proext (recebidos dos campi), 2024



Foto 9 – Associação de Catadoras(es) de Quixadá do curso Operador de Resíduos Sólidos IFCE Campus Quixadá.



Fonte: Arquivos da Proext (recebidos dos campi), 2024

Foto 10 – Visita às Centrais de Resíduos Recicláveis de Itapiúna e Capistrano do curso Operador de Resíduos Sólidos IFCE Campus Quixadá.



Fonte: Arquivos da Proext (recebidos dos campi), 2024.

Foto 11 – Certificação de Curso Agente de Alimentação Escolar – IFCE campus Crateús.



Fonte: arquivos da Proext, 2024.

Foto 12 – Aula prática da disciplina de instalações elétricas prediais do curso de eletricista instalador predial de baixa tensão – IFCE campus Maracanaú.



Fonte: arquivos da Proext, 2024.

Foto 13 – Aula prática curso de Marisqueiras – Coleta de Mariscos na praia – IFCE campus Paracuru.



Fonte: arquivos da Proext, 2024.

Foto 14 – Aula prática Salgadeiro, IFCE campus Sobral.



Fonte: arquivos da Proext, 2024

6. Considerações finais

O Programa evidenciou a necessidade de mudança da visão de que lugar de mulher restringe-se ao âmbito doméstico, sem outras possibilidades. Nessa caminhada, refletimos sobre a perspectiva de Adichie, 2017 [...] *papéis de gênero são totalmente absurdos [...]. Porque você é menina nunca é razão para nada. Jamais.*

O Programa tornou-se uma iniciativa relevante e necessária para a construção de estratégias voltadas à equidade de gênero entre homens e mulheres. Reconhece-se, entretanto, que ainda há um longo caminho a percorrer, sendo os espaços educacionais essenciais nesse processo.

Vê-se, portanto, que o Programa oportunizou a transformação da realidade de mulheres expostas à situações de vulnerabilidades e riscos sociais; despertamento; e subordinação; através de ações educativas que enfatizam os direitos que, em algum momento de suas vidas, e por inúmeros motivos, lhes foram negados.

O Programa Mulheres Mil, mesmo que tenha falhado em muitos pontos do que se propôs realizar,

em um país de tanta dor, injustiças e espoliação, deixa a sensação em todos que tiveram contato com este programa que ele é o aparato transformador que faltava à Rede Federal EPT e à essas mulheres. E porque não? Que faltava aos nossos servidores. (MELO, 2019, p. 219).

Embora o Programa Mulheres Mil integre uma política governamental de caráter compensatório, inserida em uma perspectiva capitalista voltada à lógica da empregabilidade, observa-se que as equipes responsáveis por sua execução no IFCE, bem como as mulheres beneficiadas, têm conseguido ampliar essa proposta inicial. A partir do acesso à educação básica, essas mulheres passaram a vislumbrar novas possibilidades e a se engajarem em outras atividades nos campi, participando de ações de ensino, pesquisa e extensão com compromisso social. Torna-se, portanto, imperativo avançar na formulação de políticas públicas voltadas às mulheres que sejam contínuas, estruturadas e de qualidade, superando iniciativas pontuais e fragmentadas.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. Tradução de Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONEXÕES – CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Edição especial sobre gênero. Fortaleza: Instituto Federal do Ceará (IFCE), v. 8, n. 1, mar. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Extensão. Relatório final do Programa Mulheres Mil. Fortaleza: IFCE, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO, Mônica Silva. **Programa Mulheres Mil no IFCE Campus de Limoeiro do Norte**: uma análise da inserção no mercado de trabalho das egressas, uma possibilidade de protagonismo feminino ou um reforço do papel tradicionalmente destinado às mulheres? Fortaleza: Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP, 2019.

VISÍVEL e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Livro eletrônico. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 11/04/2025

Posfácio

CORDEL DAS MULHERES MIL

Gina Eugênia Girão

Era uma vez um programa
chamado Mulheres Mil,
uma ideia interessante
como antes ninguém viu:
ajudar muitas mulheres
de todo o nosso Brasil.

No ano 2007
um piloto foi criado,
foi tanta dedicação
que foi bom o resultado;
e, quatro anos depois,
ele foi legalizado.

Em 2023
tivemos nova edição,
agora, com cobertura,
para toda a nação.
Mil Mulheres, qual o quê?
Chega perto de um milhão!

*E, de cada região,
convém ver a realidade:
ambiência e vocação,
do campo ou da cidade,
para, de fato, alcançar
resultado e equidade.*

*Fortalecendo o combate
da violência no lar,
A Lei Maria da Penha
é pauta para lembrar.
Liberdade é coisa boa,
incluir é libertar.*

*Cidadania é um mote
de inclusão social,
de esperança e labuta.
de justiça racial.
Mulheres Mil, cidadãs,
em cruzada magistral.*

*Aumentar potencial
ao labor qualificado
também é objetivo
desse programa encantado.
Trabalho e cidadania:
eis um par bem-arrumado.*

*Começando pelo estudo,
o programa logo ensina:
formação profissional
aumenta a autoestima.
Curso FIC ou integrado
é quase coisa divina.*

*Tem curso de muita coisa:
soldadora, marisqueira,
agricultora orgânica,
assistente financeira,
agente de microcrédito,
MEI, florista e salgadeira*

*Pra quem gosta de idoso
tem curso de cuidadora,
De derivados de leite
tem curso de produtora,
e, para o resíduo sólido,
tem curso de catadora.*

*Merendeira tem também,
a escola necessita.
Assistente de escritório:
outra profissão bonita.
Tem até de eletricista,
outra carreira bendita.*

*E pode ter muito mais,
pois o limite é o saber.
Conhecendo as mulheres
é certo que vamos ter
curso até de astronauta
que é pra Lua conhecer.*

*É claro que é brincadeira!
Mas de fato, a inovação,
cada vez mais, vai gerar
conhecimento à nação.
E pra cada mil mulheres
muitas mais – milhões! – virão.*

*Tendo como diretriz
promover a igualdade
o programa serve, então,
a toda a sociedade,
quando acolhe a mulher
que passa dificuldade.*

*Pois mulher é diferente:
trabalhadora ou não,
quase sempre está à frente
da família que quer pão,
estudo, lazer, saúde,
e, também, educação.*



Tem mulher de tanto jeito!
Magra, ruiva, gorda, loura,
cabelo curto ou melenas,
da cozinha ou da lavoura,
Mas num jeito é tudo igual:
trabalha como uma moura.

Sim, mulher é diferente:
branca, índia, parda, preta,
risonha, séria, arretada,
Maria ou Antonieta,
mas todas, sem exceção,
brilhantes que nem cometa!

A mulher que é cidadã
se constrói como bem quer.
O poder de cada Povo
não é caso só de fé:
a nossa Democracia
tem espelho na Mulher.

Portanto, nunca duvide:
sob nosso céu gentil,
mulheres do Ceará,
do Nordeste e do Brasil
são sucesso de um programa
chamado Mulheres Mil.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Maria Denise Nunes Rodrigues

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4689920948885479>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0322-1231>

Sou mulher, nordestina, mãe solo, pertencente a uma família humilde, por ser e fazer parte desta conjuntura social, tracei caminhos que me fizeram conhecer pessoas que me ajudaram a evoluir como ser humano e entender o quanto mais longe podemos ir, sem esquecer a essência da vida na qual acredito: humildade e honestidade. Professora Efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Coordenadora do Programa Mulheres Mil – IFCE e, atualmente, coordenadora da área de empreendedorismo e incubadora – IFCE. Com formação acadêmica: Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestre em Controladoria e Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Auditoria (UFC). Graduada em Ciências Contábeis (UFC). Pesquisadora e lider grupo de pesquisa I-GESP na linha: Economia, finanças, contabilidade e governança



Flaviana Damasceno Moreira

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1064777323476489>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7817-5538>

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (IFCE), Especialista em Gestão Estratégica em Organizações do Terceiro Setor (UECE), graduada em Secretariado Executivo pela Universidade Federal do Ceará (2000). Desde 2017 atua na área de extensão acadêmica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Proext-Reitoria. Coordenou setores como: Coordenação de Cursos e Projetos de Extensão – reitoria, Gestão de Pessoas – IFCE Caucaia. Atualmente atua no setor de estágios e egressos – Proext, desenvolvendo atividade de implantação do Programa Jovem Aprendiz no IFCE, bem como atua como supervisora pedagógica do Programa Mulheres Mil/IFCE.



Francisca Flávia Plutarco Lopes dos Santos

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5123210498710083>

Professora do Instituto Federal do Ceará (IFCE), onde atualmente exerce a função de Chefe do Departamento de Extensão Acadêmica (DEA) da Pró-Reitoria de Extensão. Coordena iniciativas como cursos, programas e projetos de extensão, estágios obrigatórios, acompanhamento de egressos e o Programa Jovem Aprendiz, além de atuar em ações de empreendedorismo e empresas juniores no IFCE. Também desenvolve e avalia Acordos de Cooperação Técnica, Convênios e TEDs para formação de parcerias institucionais. Doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), mestre em Administração pelo CMAAd-UECE (2009), com bolsa FUNCAP, e graduada em Administração de Empresas pela UNIFOR (2005). Atualmente, cursa graduação em Psicologia. Filha, neta, irmã, tia, mãe e mulher. Sempre em agradecimento pela minha caminhada e pelas bênçãos que a vida tem me proporcionado.



André Monteiro de Castro

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1297952181184578>

Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC, aprendi a escutar o que os números não dizem – os silêncios das políticas, os sussurros das escolhas. Na UECE, fiz morada: tornei-me especialista no ensino da Língua Portuguesa e licenciado em Letras, onde descobri que ensinar é também semear poesia no chão duro da realidade. De 2006 a 2016, fui professor e coordenador pedagógico na rede estadual do Ceará. Foram anos de olhos atentos, quadros rabiscados, cadernos abertos e corações em construção – na área de Linguagens e Códigos, onde o verbo ganha vida e o sentido se reinventa. Hoje, caminho pelos corredores da Reitoria do IFCE como Técnico em Assuntos Educacionais e Coordenador de Estágios e Egressos na Pró-Reitoria de Extensão. Ali, ajudo a tecer encontros entre o saber e o mundo, entre o estudante e seus próprios passos. Porque acredito que a educação é um ato de esperança, uma ponte entre o agora e o que ainda podemos sonhar.



Érica Fernandes Dias

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0306298180274590>

Eu sou Érica Fernandes Dias, natural de Cedro-CE, “ser-tão profundo” do Ceará. Sou uma mulher de alma poesia. Um grão do/no mundo. Um ser em construção. Filha de Maria e de Francisco, exemplos de força, persistência, coragem – tenacidade. Mãe de Victória e de Vinícius – cujas sensibilidades, forças e alegrias únicas me movem e inspiram todos os dias. Esposa de Henrique, um farol em meu caminho. Escritora. Professora na Rede Estadual do Ceará. Técnica em assuntos educacionais/Assistente da Pró-reitoria de Extensão do IFCE. Contadora de histórias. Aquela que transita entre silêncios e encantos, entre o real e o imaginário, uma mulher que aprendeu a sonhar com os olhos abertos, com o coração apaixonado e os pés fincados em nuvem e chão. Sou Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (UFC-CE), Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas (UECE-CE) e Graduada em Letras (UECE-CE). Integrante da Associação de jornalistas e escritoras do Brasil (AJEB/CE).